



**Movimento de Educação
Para Todos**

ESTUDO SOBRE IMPACTO DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MOÇAMBIQUE

Maputo, Julho de 2020

Ficha Técnica

Título:

Impacto das Medidas de Mitigação da Covid-19 na Educação Básica em Moçambique

Membros da Equipa:

Propriedade:

MEPT - Movimento de Educação Para Todos

Autor:

MEPT - Movimento de Educação Para Todos

Equipa da Pesquisa:

António Cipriano Parafino Gonçalves – *Coordenador da Pesquisa*

Manuel Valente Mangué - *Supervisor*

Assistentes:

Delfina Lázaro Mateus

Adérito Nandja

Revisão linguística:

MEPT - Movimento de Educação Para Todos

Financiamento:

Oxfam, União Europeia – PAANE II e OSISA

Maquetização e impressão:

Amazing - Brindes Corporativos, LDA

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJECTIVOS DO ESTUDO	9
2.1 Objectivo Geral	9
2.2 Objectivos Específicos	9
3. METODOLOGIA	9
3.1 Tipo de Pesquisa	9
3.2 Universo e Participantes	9
3.2.1 Universo	9
3.2.2 Participantes	10
3.3 Análise e Interpretação de Dados	12
3.4 Constrangimentos	12
4. RESULTADOS	12
4.1 Características Socioeconómicas e Demográficas dos Professores, Pais e Alunos da Educação Básica em Moçambique	12
4.1.1 Província de Residência	12
4.1.2 Distrito de Residência	13
4.1.3 Idade	15
4.1.4 Sexo	17
4.1.5 Escolaridade	17
4.1.6 Estado Civil, Agregado e Renda Familiar	19
4.1.7 Condições de Habitação	19
4.1.8 Tipo de Escola e Meio de Transporte	19
4.1.9 Disciplinas	20
4.2 Métodos de Ensino adoptados na Educação Básica em Moçambique Durante o Estado de Emergência	20
4.2.1 Métodos de Ensino Durante a Pandemia	20
4.3 Qualidade e Equidade no Ensino Durante o Estado de Emergência	23
4.3.1 Frequência às Aulas	23
4.3.2 Assimilação dos Conteúdos	23
4.3.3 Necessidade Educativa Especial	25
4.3.4 Formação	26
4.4 Desafios e Perspectivas na Educação Básica em Moçambique	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6. REFERÊNCIAS	31

ANEXOS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1		Amostra proporcional de alunos (e pais) da educação básica por província
Tabela 2		Mostra proporcional de professores da educação básica por província
Tabela 3		Distribuição dos participantes por região e respectiva técnica de pesquisa
Tabela 4		Nível acadêmico versus classe que leciona
Tabela 5		Tipo de escola versus meio de transporte
Tabela 6		Custo adicional versus renda familiar
Tabela 7		Assimilação dos conteúdos versus frequências às aulas
Tabela 8		Formação versus Assimilação dos conteúdos (Alunos)

AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo representa a conjugação de esforços de inúmeros parceiros. Assim sendo, queremos endereçar os nossos agradecimentos:

Ao Movimento Educação para Todos, em particular o Secretariado Executivo, através da dra. Isabel Silva e o dr. Pedro Mazivila. Endereçamos os nossos agradecimentos a toda a equipa do MEPT pela constante disponibilidade e apoio que muito contribuiu para a realização a contento do estudo. À todos os representantes do MEPT nas províncias; A ONP nacional e nas províncias, o nosso muito muito obrigado.

A todos que de forma direta ou indireta colaboraram para a realização deste estudo e que se dispuseram a responder aos inquéritos e às entrevistas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta o resultado do estudo sobre os impactos das medidas emanadas pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique (MINEDH) para a mitigação da COVID19 na educação básica, como resposta à suspensão das aulas presenciais em todo o Sistema Nacional de Educação (SNE). A suspensão, anunciada a 23 de Março de 2020, é abrangente, desde o pré-escolar até ao ensino superior, incluindo as instituições de ensino profissional e foi inserida no Estado de Emergência decretado a partir do dia 01 de Abril, prorrogado por mais dois meses, isto é, até o dia 29 de Julho de 2020. O estudo abrange, portanto, o período compreendido entre os meses de Abril, Maio, Junho e metade de Julho.

A suspensão das aulas presenciais e o conseqüente encerramento dos estabelecimentos do ensino afectou os esforços do Estado e do governo de Moçambique para a materialização do Direito à Educação: perto de 8 milhões de alunos do ensino básico (da 1ª à 9ª Classe) estão “em casa”. No entanto, de modo a se garantir a continuidade do direito à educação, isto é, o direito a aprender, evitando também ociosidade dos alunos, o MINEDH recorreu aos meios alternativos ao ensino presencial, através das plataformas de ensino já disponíveis, a elaboração de fichas de apoio aos estudantes, além da reactivação das tele-aulas, através da Televisão de Moçambique.

Três meses após a emergência, fez-se necessário avaliar de que forma essas directrizes pedagógicas do MINEDH, enquanto medidas de mitigação dos impactos da COVID19 na Educação, garantiram o direito de todos ao ensino e à aprendizagem, sobretudo na educação básica. Ou seja, o que de facto aconteceu e que lições se podem tirar dessa experiência? Como se adequaram essas medidas, considerando as condições socio-económicas concretas da maior parte das famílias moçambicanas?

A resposta a essas perguntas, cujo fundamento é o direito à educação, nos quesitos aprendizagem, equidade, inclusão e igualdade, dadas as circunstâncias de distanciamento social, obrigou a que se recorresse ao Desk Study, através de uma pesquisa Qualitativa, quanto à abordagem, a pesquisa descritiva quanto aos objectivos e à análise documental, complementada pelo levantamento, para o qual fez-se a combinação de duas principais componentes: o inquérito (on-line) dirigido aos professores, pais e encarregados de educação e alunos da educação básica, num universo populacional de aproximadamente 135.881 professores e cerca de 7.824.480 alunos do ensino geral, dos quais 65.346, com necessidades educativas especiais. Vinculando os pais aos alunos, o universo total foi de 15.784.841 pessoas, com 3% de margem de erro e 90% de confiança ($z=1,65$), de forma heterogênea. A amostra mínima era de 752 pessoas, tendo participado na pesquisa, através do preenchimento do inquérito, 945 pessoas. A par dessa amostra, foram realizadas entrevistas (semi-estruturada) com 1 Técnico do MINEDH; 5 Presidentes de Conselhos de Escola; 7 representantes da ONP ao nível do país (por província); 2 representantes para a área concernente às Necessidades Educativas Especiais, 2 individualidades da Sociedade Civil; e, 2 parceiros de cooperação

do MINEDH que participaram das entrevistas. As principais constatações do estudo foram:

1. Embora as cidades e províncias de Maputo tenham tido maior número de respondentes, a pesquisa teve uma abrangência nacional, tendo alcançado 2/3 dos 150 distritos de Moçambique. A maior parte dos que responderam aos inquéritos é composta por uma população jovem (pais e professores) com idades entre 25 e 40 anos. Entre os alunos, a idade varia maioritariamente de 6 a 14 anos, embora um número significativo dos respondentes tenha acima de 15 anos.

2. Na categoria escolaridade, a maioria dos professores tem o nível de licenciatura (39,3%) ou está a cursar o nível superior (21,3%). Já os pais, a sua maioria também tem o nível de licenciatura (37,7%) ou está a cursar o nível superior (19,5%) e com nível médio completo 15,3%. Quanto aos alunos, a maioria dos respondentes está a frequentar a 9ª classe. Ou seja, quanto maior a classe, maior é, proporcionalmente, o índice dos que responderam.

3. Sobre o tipo de escola, (85,2%) dos professores leccionam em escolas públicas. Apenas 12,3% está em escolas privadas; e 2,5% em ambas. Para os pais, 64% afirma que os filhos estudam em escola pública e quanto aos alunos, 74% dos respondentes estão na escola pública.

4. Em relação ao transporte, 50% dos professores usam o transporte público para ir trabalhar e 27,7% vão a pé. Para os alunos 52,4% vão a escola a pé (dos quais 15,4% mesmo morando longe da escola) e 27,7% usa o transporte público.

5. Quanto às condições de habitação, em todos os segmentos estudados, a componente energia eléctrica está presente para pelo menos 89,7% dos alunos; 93,9% professores; e 97,4% dos pais e encarregados. Quanto aos bens, 32,8% dos alunos têm entre celular simples ou rádio ou geleira, ou TV ou ambos. Portanto, teoricamente, as tele-aulas seriam viáveis para a maioria dos alunos inqueridos, dado existirem condições (energia e aparelho de TV).

6. Sobre os meios de aprendizagem, as fichas foram o recurso didático mais utilizado durante o Estado de Emergência: 56,6% dos alunos têm tido aulas através de fichas que os pais buscam na escola; 17% somados, entre a internet e uso do celular; e 10,6% através da TV. 73% dos professores afirmou ter garantido o processo de ensino-aprendizagem através das fichas. No entanto, 12,5% dos alunos informou que não tem tido aulas durante o Estado de Emergência. Pelas respostas dos pais e alunos, cerca de 10% dos alunos, em média, não tiveram nenhuma atividade durante este período.

7. As plataformas remotas ou aulas através das redes sociais é assumida por 14,8%. A maioria dos professores (53,3%) que dão aulas através de plataformas remotas estão nas escolas privadas, contra apenas 9,1% das escolas públicas. No entanto, registam-se cerca de 41% dos alunos que não dispõem de

ferramentas tecnológicas (smartphone, computador ou tablet).

8. O uso das fichas ou mesmo das plataformas digitais durante o Estado de Emergência teve maior incidência nos centros urbanos, vilas ou sedes dos distritos e zonas circunvizinhas a estas vilas. Mesmo assim, durante o Estado de Emergência, a garantia da continuidade de aprendizagem para os alunos representou custos adicionais tanto para os professores (68,5%) quanto para os pais (85%) quanto para os próprios alunos (50,2%), custos estes que a maioria suportou pessoalmente. Boa parte dos pais nas zonas rurais não dispõe de condições financeiras para arcar com os custos das fichas e nem mesmo as escolas têm condições para a multiplicação das fichas e distribuí-las pelos alunos. Ficam evidentes os efeitos das desigualdades socio-económicas no campo da educação, em que as condições reais de funcionamento de boa parte das escolas, desafiadas a responder as medidas de mitigação da COVID19 emanadas pelo MINEDH, revelaram-se aquém do desejável. Nota-se que a maioria dos que suportam pessoalmente os custos adicionais têm a sua renda familiar entre um e três salários mínimos.

9. Quanto à frequência as aulas, embora haja respostas contraditórias entre os professores, a maioria ainda não tem uma avaliação precisa sobre a participação dos seus alunos, a considerar pelo significativo índice dos indecisos (29,8%). Para os alunos, apenas 22,8% são categóricos em confirmar satisfatoriamente a sua participação nas aulas, contra os 36,2% que também categoricamente não participam com frequência. Os que consideram a sua participação não tão regular corresponde a 41%. Neste caso, chama a atenção o facto de que nas zonas rurais, “ficar em casa” significou simplesmente o “não ir à escola”,

permutando-se esta com outras actividades domésticas, como levar os filhos à machamba, facto que também concorreu para que os alunos não tivessem continuado com a aprendizagem durante o Estado de Emergência.

10. Entre os alunos que participaram nas aulas, a assimilação dos conteúdos não foi satisfatória para a maioria (42,1%). A insatisfação dos pais em relação à fraca assimilação dos conteúdos por parte dos seus educandos está relacionada, segundo eles, à fraca assistência docente e à fraca preparação dos professores para lidarem com as modalidades de aprendizagem alternativas que foram adoptadas durante o Estado de Emergência. A fraca preparação dos professores também foi mencionada por membros das Organizações da Sociedade Civil entrevistados. De facto, a maior parte dos professores (70%) afirma não ter tido nenhuma capacitação para ensinar durante o Estado de Emergência. Relativamente às crianças com deficiência, foi mais notória a não preparação dos professores em que o modo de ensino foi mais descritivo e não analítico. Um outro facto a destacar em relação a fraca assimilação dos conteúdos por parte dos alunos, está relacionado com o fraco domínio, por parte dos pais e encarregados, da língua portuguesa, especialmente nas zonas rurais, facto que limitou dificultou a que os alunos tivessem apoio dos pais em caso de dúvidas.

11. Quanto às perspectivas sobre as condições objectivas (distanciamento e sanitárias) de uma eventual reabertura das escolas, tanto os professores quanto os pais e encarregados de educação, na sua maioria, reconhecem não estarem ainda criadas as condições para tal.

1. INTRODUÇÃO

Nos meados do século XX, após duas guerras mundiais, a explosão das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki e o episódio dos campos de concentração, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No seu artigo 26, a Carta dos Direitos Humanos afirma o direito inalienável de todos os homens e mulheres à educação, sem qualquer tipo de discriminação, como um dos pilares fundamentais dos direitos humanos.

Documentos subsequentes publicados pelas agências das Nações Unidas vieram reforçar o direito à educação. Podem ser citados, a título de exemplo, a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção Relativa à Luta Contra as Discriminações na Esfera do Ensino (1960). Esta expressou o repúdio à toda e qualquer forma de distinção, exclusão, limitação ou preferência fundada na raça, na cor, no sexo, no idioma, na religião, nas opiniões políticas ou de qualquer outra índole, na origem nacional ou social, na posição económica ou o nascimento. A Convenção também condenou todas as acções que alterassem a igualdade de tratamento na esfera do ensino e instou aos Estados-membros a manterem em todos os estabelecimentos públicos do mesmo grau um ensino do mesmo nível e condições equivalentes ao que se refere à qualidade de ensino proporcionada. O Pacto Internacional Sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966) reconhecia, mais uma vez, “o direito de toda pessoa à educação” e “o direito de todas as pessoas a um nível de vida suficiente para si e suas famílias, incluindo alimentação, vestuário e alojamentos suficientes”.

Em que pese a intenção pela efectivação do direito à educação expressa naqueles documentos, a Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos, Jomtien (1990) constatou que o ideal estava longe do real. A exclusão do acesso, em virtude da estagnação da expansão da educação era uma realidade em muitos países, atingindo crianças e adultos, com maior incidência nas mulheres. O facto dificultava a que os últimos dois grupos sociais pudessem compreender as transformações sociais em seu redor. Uma outra constatação da Conferência é a distância entre o acesso e a real aprendizagem. Por isso, um dos esforços da luta pela universalização da educação deveria centrar-se na garantia da real aprendizagem por parte dos alunos.

Já na porta do novo milénio, a Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000) propôs como meta a universalização da educação básica, como efectivação do direito à educação, estabelecendo o ano de 2015 como limite para que tal universalização, em todos os Estados-membros, se tornasse uma realidade.

Aquando da avaliação sobre o cumprimento das metas do milénio, constatou-se que, sobretudo nos países em desenvolvimento, o cumprimento das metas ainda era uma miragem. Por isso que, quando são definidos os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como guia para as acções da humanidade neste início do século, para o campo da educação, foram estabelecidas as metas 04 e 05, respectivamente: “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; e alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas”

Em todos esses documentos, o Estado, entendido como unidade política dentro dos limites territoriais, e a família foram instados a assumirem a educação como dever, como contrapartida ao direito humano à educação. A efectivação desse direito implica não somente o acesso ao espaço escolar, mas também a garantia real ao aprendizado com qualidade social.

Porém, o direito à educação, interpretado, primeiro, como direito de acesso à educação formal através da escola - neste início do ano 2020, por conta da pandemia da COVID-19 - tornou-se problemático face à rápida capacidade de propagação do Coronavírus, o causador da pandemia. Em Moçambique, e não só, uma das medidas para a contenção da propagação desta doença foi o necessário distanciamento físico e social, facto que obrigou ao encerramento das instituições de ensino por serem locais que movimentam um maior número de pessoas. O encerramento das instituições de ensino e consequente suspensão das aulas, levou a que os governos e as instituições de ensino buscassem formas alternativas para garantir a segunda dimensão do direito à educação (traduzida como direito a aprender), com o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação: ensino remoto apoiado por plataformas virtuais, a telescola, dentre outros métodos ou modalidades.

A efectivação dessa segunda dimensão do direito à educação, através de meios alternativos ao ensino presencial e dentro da escola, porém, não encontra consenso e aceitação principalmente nos países em desenvolvimento, caracterizados por profundas desigualdades sócio-económicas que se traduzem também na desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos. Boa parte da população dos países em desenvolvimento vive um apartheid tecnológico, como designou Manuel Castells (1999), sem infra-estrutura tecnológica para se conectar na sociedade em rede. Por isso, o discurso teórico dos governos desses países no sentido de garantir o direito ao aprendizado em tempos da COVID-19 contrasta com a realidade sócio-económica dos cidadãos desprovidos de recursos para o acesso às plataformas virtuais ou às tele-aulas, facto que pode agravar as desigualdades sociais pré-existentes com base na escola.

Seguindo os protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS), como medida de contenção da propagação do Coronavírus e, assim, evitar o nível de contaminação comunitária, no dia 20 de Março de 2020, o Chefe do Estado Moçambicano decretou a suspensão das aulas em todo o Sistema Nacional de Educação (SNE), desde o pré-escolar até ao ensino superior, abrangendo também as instituições de ensino profissional. Ainda como uma das medidas de contenção da propagação da COVID-19, a partir do dia 1 de Abril foi decretado o Estado de Emergência, prorrogado por mais dois meses, isto é, até o dia 29 de Julho de 2020.

A suspensão das aulas presenciais e o consequente encerramento dos estabelecimentos do ensino afectou os esforços do Estado e do governo de Moçambique para a materialização do Direito à Educação: um total de 8,5 milhões de alunos do ensino básico (da 1ª à 9ª Classe) estão “em casa”. No entanto, de modo a se garantir a continuidade do direito à educação, isto é, o direito a aprender, evitando também ociosidade dos alunos, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) recorreu aos meios alternativos ao ensino presencial, através das plataformas de ensino já disponíveis, a elaboração de fichas de apoio aos estudantes, além da reactivação das tele-aulas através da Televisão de Moçambique. Ainda nessa senda, o MINEDH também colocou à disposição a sua base de dados de ensino à distância para o apoio aos estudantes do ensino geral, principalmente das escolas públicas.

Embora a mediação tecnológica na educação seja uma prática já consolidada em outros quadrantes, boa parte das escolas públicas e privadas orientam-se pelo modelo tradicional de ensino centrado no professor e é paper based. Por isso, é natural que, de um modo geral, boa parte dos docentes tenha falta de preparo pedagógico para a elaboração e administração de

actividades lectivas não presenciais, enfrentando possíveis dificuldades para se ajustar rapidamente ao vasto leque de ferramentas que devem se complementar à condução do ensino não presencial. Boa parte dos estudantes provém de famílias com níveis sócio-económicos baixos, com carências em termos de posse de dispositivos tecnológicos para poder acompanhar as aulas assistidas por plataformas tecnológicas. Mesmo da parte dos Professores, a realidade parece similar no nosso contexto. Ou seja, a COVID-19 veio destapar o véu em que funciona a educação do país, tornando-se no maior desafio imposto às instituições de ensino, de modo a cumprirem com a sua missão. Isso posto, volvidos dois meses e meio do Estado de Emergência, é mister determinar de que forma as medidas de mitigação garantiram o direito de todos ao ensino e à aprendizagem? Que lições se podem tirar da experiência? Essas medidas valeram a pena, considerando as condições sócio-económicas concretas da maior parte das famílias moçambicanas?

É para responder a essas perguntas que o Movimento de Educação para Todos (MEPT) se propôs, em parceria com a Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane (FACED), a realizar este estudo, em escala nacional, tomando como base a informação existente assim como entrevistas com diferentes actores envolvidos neste processo. Como medidas de contenção e mitigação da pandemia, expressão da acção do Estado na sociedade, no campo da educação, as referidas medidas se inserem no âmbito das políticas públicas de educação. A política pública de educação compreende, por sua vez, três aspectos: a concepção, a implementação e avaliação. Avaliar os resultados ou o impacto de uma política ou programa de educação fornece subsídios para a compreensão do alcance dos objectivos da política e do programa e também é ponto de partida para a se esboçarem propostas de melhoria da política em vista a que ela atenda o seu propósito: garantir o usufruto do direito social à educação, a área de actuação da advocacia do MEPT.

2. OBJECTIVOS DO ESTUDO

2.1 Objectivo Geral

Analisar os impactos das medidas de mitigação da COVID-19 tendo como premissa o direito de acesso e à aprendizagem, qualidade e equidade na educação básica em Moçambique.

2.2 Objectivos Específicos

- Conhecer o perfil socioeconómico e demográfico dos professores e alunos presentes na educação básica em Moçambique;
- Identificar os métodos de Ensino adoptados pelos professores

como forma de garantir o acesso e a aprendizagem na educação básica em Moçambique, durante o Estado de Emergência;

- Analisar os efeitos dos métodos de ensino adoptados durante o estado de emergência e a sua correlação com a qualidade, equidade e necessidades educativas especiais na educação básica em Moçambique.
- Avaliar a participação dos pais e encarregados de educação no apoio aos seus educandos como forma de garantir a aprendizagem durante o período de emergência;
- Descrever a percepção dos diferentes sectores e intervenientes directos sobre os desafios e perspectivas da educação básica em Moçambique face à COVID-19.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

Para o alcance dos objectivos definidos nos TdR, e para garantir sucesso no alcance dos resultados esperados, teve-se em conta o Desk Study (e não implica deslocações para as províncias), seguindo-se o protocolo geral de pesquisa do MEPT.

Trata-se de uma pesquisa Qualitativa, quanto à abordagem, na medida em que o que se pretende é captar e determinar, ainda que de forma liminar, as relações subjectivas advindas do Estado de Emergência e o seu impacto na educação básica em Moçambique (1ª a 9ª classe). É Descritiva quanto aos seus objectivos, pois trata-se de identificar, narrar e interpretar (atribuindo significados) os factos decorrentes da situação imposta aos intervenientes directos no processo de educação básica em Moçambique neste contexto de emergência. Quanto aos Procedimentos Técnicos, a análise documental foi complementada pelo levantamento, para o qual fez-se a combinação de duas principais componentes: o inquérito (on-line) e a entrevista semi-estruturada.

A análise documental teve como norte as políticas de educação nas componentes de acesso, aprendizagem, qualidade e equidade. Ainda neste nível, uma pesquisa à base de dados do MINEDH foi útil para que se obtivesse informações relevantes sobre os indicadores de acesso (matrículas), bem como o número de professores por província na

educação básica em Moçambique.

3.2 Universo e Participantes

3.2.1 Universo

Para os propósitos desta pesquisa, o universo populacional foi constituído por todos os intervenientes directos e indirectos do Processo de gestão escolar, mas com maior enfoque para as pessoas ligadas ao tema em estudo: MINEDH, professores da educação básica, pais e encarregados e alunos da educação básica, presidentes de conselhos de escola e organizações da sociedade civil, para além de parceiros de cooperação do MINEDH.

Um inquérito foi elaborado e aplicado aos professores, pais ou encarregados de educação de alunos da educação básica em Moçambique, de forma não-probabilística accidental ou por acaso, durante 17 dias, como forma de aferir as suas percepções e a efectividade dos métodos adoptados, incluindo o uso das plataformas electrónicas, durante o Estado de Emergência. Embora o inquérito tenha sido aplicado com recurso aos meios electrónicos, o que certamente constituiu uma limitação, para os propósitos do presente levantamento foi crucial para aferir o nível de efectividade e qualidade, capacitação docente e discente, suporte e interacção no processo de ensino e aprendizagem, mas também a

penetrabilidade destas ferramentas e linguagem pelo país adentro.

Neste caso e no que se refere ao inquérito, o nosso universo foi de aproximadamente 135.881 professores e cerca de 7.824.480 alunos do ensino geral, dos quais 65.346, com necessidades educativas especiais (MOÇAMBIQUE. MINEDH, 2020). Sendo os pais vinculados aos alunos, o nosso universo é de 15.784.841 pessoas.

Para complementar as informações recolhidas a partir dos inquéritos, uma entrevista semi-estruturada foi levada a cabo tendo em conta as diferentes categorias, entre elas o direito à aprendizagem, a qualidade e equidade via a vis o acesso e uso das ferramentas e meios de ensino, especialmente no contexto do Estado de Emergência em vigor, sem descurar questões relacionadas com o abandono escolar (ainda que tentativamente), necessidades educativas especiais e a questão do gênero. As entrevistas procuraram também aferir o nível de intervenção e apoio de cada um dos intervenientes tendo em vista a implementação das medidas adoptadas. As entrevistas foram dirigidas, como depois se vai demonstrar, às organizações da sociedade civil, parceiros de cooperação do MINEDH e presidentes de conselho de Escola. Também prestaram depoimentos outros actores envolvidos na Educação, em particular a Organização Nacional dos professores-ONP, pontos focais provinciais e membros de Conselhos de Escola e outras entidades não-governamentais com intervenção directa na educação básica em Moçambique.

3.2.2 Participantes

A amostra para o presente estudo sobre o impacto da COVID-19 sobre a educação básica em Moçambique para que tivesse significância em

função do universo de professores e de alunos foi calculada com base na equação que segue:

$$\text{Tamanho da amostra} = \frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N} \right)}$$

Embora a obtenção dos dados tenha sido na perspectiva não-probabilística accidental ou por acaso, a definição da amostra por julgamento até ao nível da província tanto para os professores quanto para os alunos permitiu ter uma referência proporcional até ao nível de província, tendo em consideração o universo da pesquisa. Ou seja, para um universo de cerca de 15,8 milhões de pessoas, 3% de margem de erro e 90% de confiança ($z=1,65$) numa amostra heterogênea, tivemos uma amostra de cerca de 752 pessoas a inquirir. Para uma margem de erro de 4% seriam cerca de 423 pessoas a inquirir; e para 5% seria 271 pessoas.

Cabia, em seguida, a distribuição proporcional desta amostra por província e sexo, o que permitiu-nos ter a seguinte imagem em relação aos alunos (neste caso, tendo em conta a 3% de margem de erro), como um dos estratos (acima de 100 mil pessoas):

Província	Mulheres	Homens	Total MH	Margem de erro a 3%				
				M	H		Total	
Niassa	220827	236 486	457 313	0,0582546	7	0,0586267	7	14
Cabo Delgado	246983	261 059	508 042	0,0651546	8	0,0647186	8	6
Nampula	718059	766 803	1 484 862	0,1894254	24	0,1900964	24	48
Zambézia	868113	976 244	1 844 357	0,2290099	29	0,2420185	30	59
Tete	343222	354 079	697 301	0,0905426	11	0,0877789	11	22
Manica	290664	316 573	607 237	0,0766777	10	0,0784809	10	20
Sofala	281979	321 103	603 082	0,0743866	9	0,0796039	10	19
Inhambane	232647	229 696	462 343	0,0613727	8	0,0569434	7	15
Gaza	218222	210 276	428 498	0,0575674	7	0,0521291	7	14
Maputo	254387	249 810	504 197	0,0671078	8	0,0619298	8	16
Cidade de Maputo	115619	111 629	227 248	0,0305005	4	0,0276737	3	7
Total	3790722	4 033 758	7 824 480	1	125	1	125	250

Em relação aos professores, teríamos:

Tabela 2 - Amostra proporcional de professores da educação básica por província

Província	Mulheres	Homens	Total MH	Margem de erro a 4%				
				M	H	Total		
Niassa	3 371	4 970	8 341	0,05648364	7	0,0652231	8	15
Cabo Delgado	2 933	5 084	8 017	0,04914462	6	0,06671916	8	14
Nampula	8 609	13 127	21 736	0,14425026	18	0,17227034	22	40
Zambézia	11 797	16 996	28 793	0,1976676	25	0,22304462	28	53
Tete	5 609	6 614	12 223	0,09398301	12	0,0867979	11	23
Manica	4 522	7 128	11 650	0,07576951	9	0,09354331	12	21
Sofala	4 896	5 619	10 515	0,08203616	10	0,07374016	9	19
Inhambane	5 767	5 658	11 425	0,09663042	12	0,07425197	9	21
Gaza	4 750	4 399	9 149	0,07958982	10	0,05772966	7	17
Maputo	5 014	4 544	9 558	0,08401334	11	0,05963255	7	18
Cidade de Maputo	2 413	2 061	4 474	0,04043163	5	0,02704724	3	8
Total	59 681	76 200	135 881	1	125	1	125	250

Durante 17 dias o inquérito, desenvolvido através do on-line, Google formulários ficou disponível para professores, pais e alunos de todo o país. permitindo assim, fazer inferências a respeito das categorias de análise acima referidas, considerando esta uma amostra única de 945, dos quais 254 professores; 312 alunos; e 379 pais. Embora em algumas províncias (Tete, Manica e Niassa) as amostras tenham estado aquém das amostras proporcionais, noutras esta esteve próxima ou superava a amostra mínima.

No que tange às entrevistas, tendo em conta a estrutura de

funcionamento do ensino básico em Moçambique, bem como ao número de escolas de nível básico, os participantes foram compostos por: 1 Técnico do MINEDH; 5 Presidentes de Conselhos de Escola; 7 representantes da ONP ao nível do país (por província); 2 representantes para a área concernente às Necessidades Educativas Especiais, 2 individualidades da Sociedade Civil; e, 2 parceiros de cooperação do MINEDH.

Portanto, como forma de ilustrar a distribuição está patente na Tabela 1, que se segue:

Participante	Sexo			Técnica de Colecta de dados	Região (Província)
	M	H	Total		
Membros de Conselho de Escola	1	4	5	Entrevista semi-estruturada	Niassa, Cabo Delgado, Tete, Manica e Maputo Província
Professores	110	144	254	Inquérito	Nacional
Pais	164	215	379	Inquérito e entrevista	Nacional
Alunos	151	161	312	Inquérito	Nacional
Técnicos de planificação pedagógica MINEDH	0	1	1	Entrevista semi-estruturada	Maputo
Individualidades da Sociedade Civil	1	1	2	Entrevista semi-estruturada	Nacional
Representantes da ONP	1	6	7	Entrevista semi-estruturada	C. Delgado, Nampula, Manica, Tete, Gaza e Maputo Cidade
Representantes Necessidades Educativas Especiais	2	0	2	Entrevista semi-estruturada	Nacional
Parceiros de cooperação do MINEDH	1	1	2	Entrevista semi-estruturada	Nacional
Total	431	533	964		

3.3 Análise e Interpretação de Dados

A análise é essencialmente descritiva, na medida em que entrevista padronizada foi feita com base num guião com a finalidade de trazer à luz aspectos relacionados com o direito ao acesso e à aprendizagem, a qualidade e equidade, os métodos usados para assegurar tais direitos, incluindo sobre as necessidades educativas especiais, para além da forma de participação de cada um dos sectores intervenientes na implementação das medidas de mitigação. Com o inquérito, aplicado aos professores, pais e aos alunos, obtivemos dados que nos permitiram fazer uma análise em torno da vivência do professor no que diz respeito ao seu desempenho no contexto da COVID-19 e a sua relação com o aluno.

Os dados foram tabulados, seguidos de uma descrição explicativa com base nos dados estatísticos.

3.4 Constrangimentos

O factor tempo disponibilizado para a realização do estudo versus recurso à técnicas mais precisas de levantamento de dados, especialmente tendo em conta as vicissitudes próprias do Levantamento como técnica de recolha de dados, constitui, sem dúvidas um dos principais

constrangimentos.

O facto de o inquérito ter sido aplicado on-line, mais do que um constrangimento pode revelar-se, como hipótese, reflexo da estrutura e do acesso desigual das tecnologias de informação e comunicação e consequente iliteracia digital por parte de quem menos recursos dispõe.

Maior constrangimento, no entanto, a nosso ver, está relacionado com o facto de alguns professores não terem respondido ao inquérito por falta de uma autorização para o fazerem ou por medo de represálias (apensar da garantia de total privacidade e sigilo sobre os dados). Mais do que a falta de resposta, isto revela a mordaza simbólica e institucional a qual está sujeita esta classe profissional (e não só).

Outrossim, há o aparente silêncio e falta de reacção do MINEDH e seus técnicos quando convidados a participar da pesquisa na qualidade de entrevistados. Esta postura, embora constrangedora, foi até certo ponto replicada por alguns presidentes de conselho de escola e secretários provinciais da ONP/SNP, parceiros de cooperação (Banco Mundial) e individualidades da Sociedade Civil (CDD/FMO e Grupo Moçambicano da Dívida). Essas individualidades, embora contactadas telefonicamente tendo se manifestado pré-disposição para as entrevistas, não atendiam e nem retornaram as chamadas.

4. RESULTADOS

4.1 Características Socioeconómicas e Demográficas dos Professores, Pais e Alunos da Educação Básica em Moçambique

4.1.1 Província de Residência

No que tange à província de residência, as respostas seguem essencialmente o mesmo padrão, com maior concentração de

respondentes de Maputo Província (31,4%, 24,2% e 24,1%, de pais, professores e alunos, respectivamente) e Maputo Cidade (28,2%, 10,2% e 17% de pais, professores e alunos, respectivamente) e as províncias de Gaza, Zambézia e Nampula, em segundo plano. Há ligeira alternância no que diz respeito aos pais e professores, por um lado, e alunos, por outro, como ilustram os gráficos que se seguem:

Gráfico 1 - Província de residência (pais)

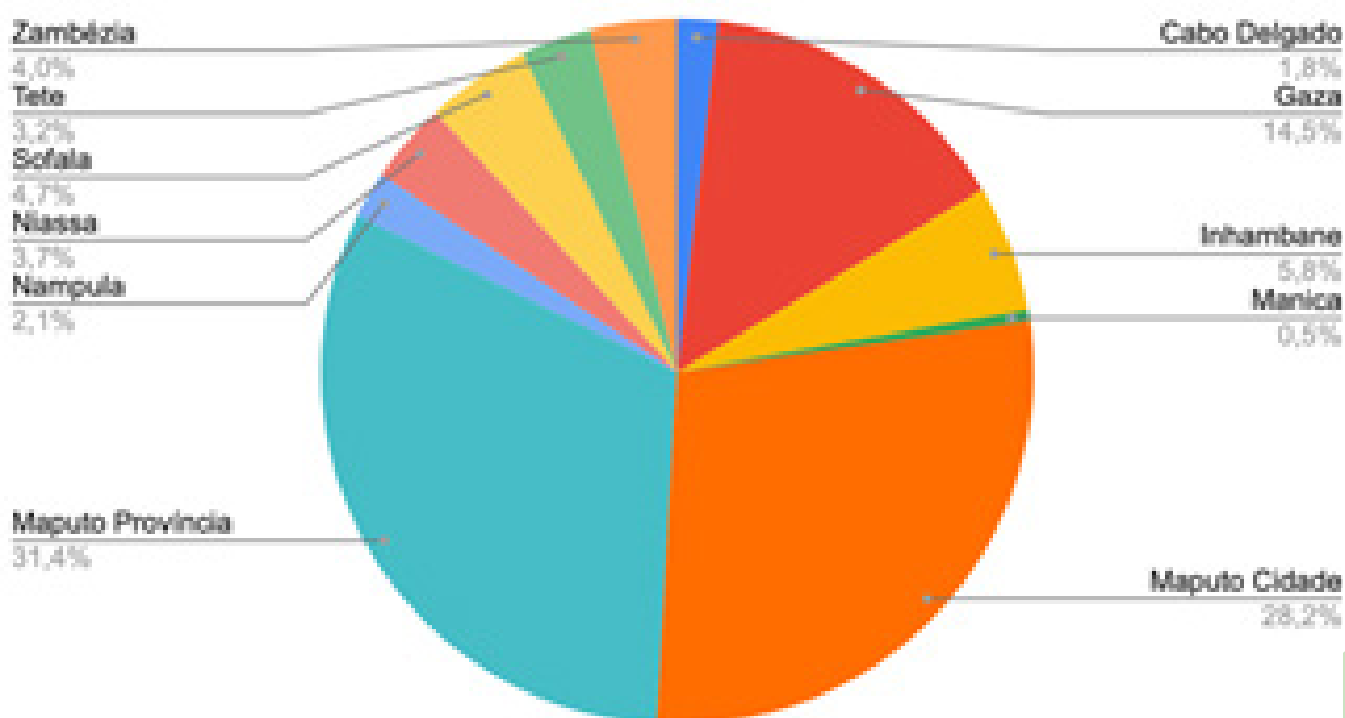


Gráfico 2. Província de residência (Professores)

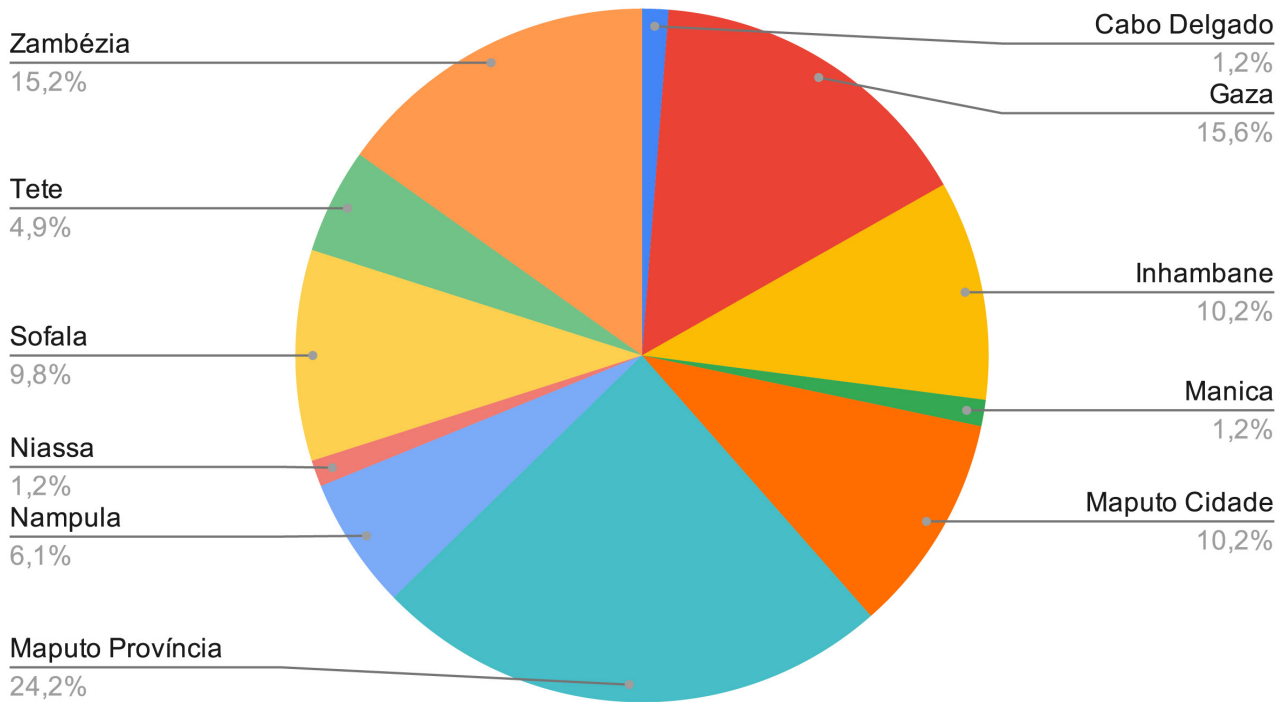
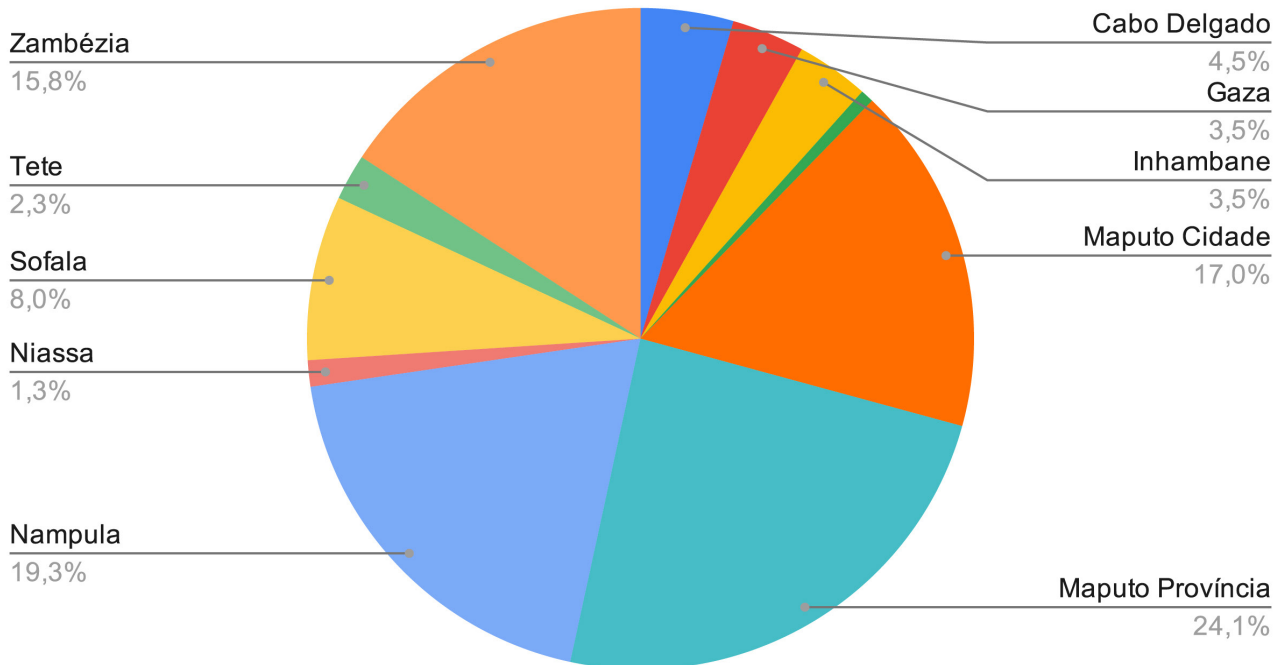


Gráfico 3. Província de residência (Alunos)



4.1.2 Distrito de Residência

No que diz respeito aos distritos de residência, os inquiridos mostram certa capilaridade, visto que somados, estes foram respondidos por

perto de 2/3 dos cerca de 150 distritos do país, embora as respostas se concentrem nas principais capitais provinciais, com destaque para Matola, Maputo Cidade, excepcionalmente Quelimane para o caso dos alunos.

Gráfico 4. Distrito de residência (Alunos)

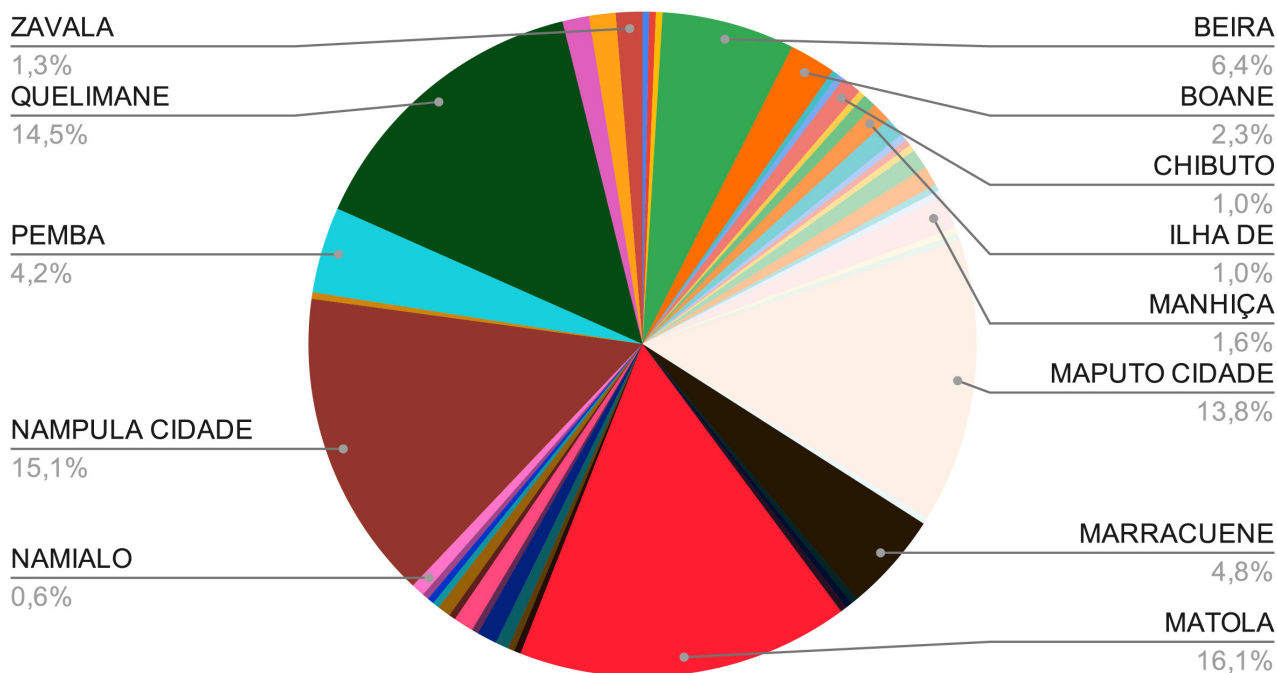


Gráfico 5. Distrito de residência (Professores)

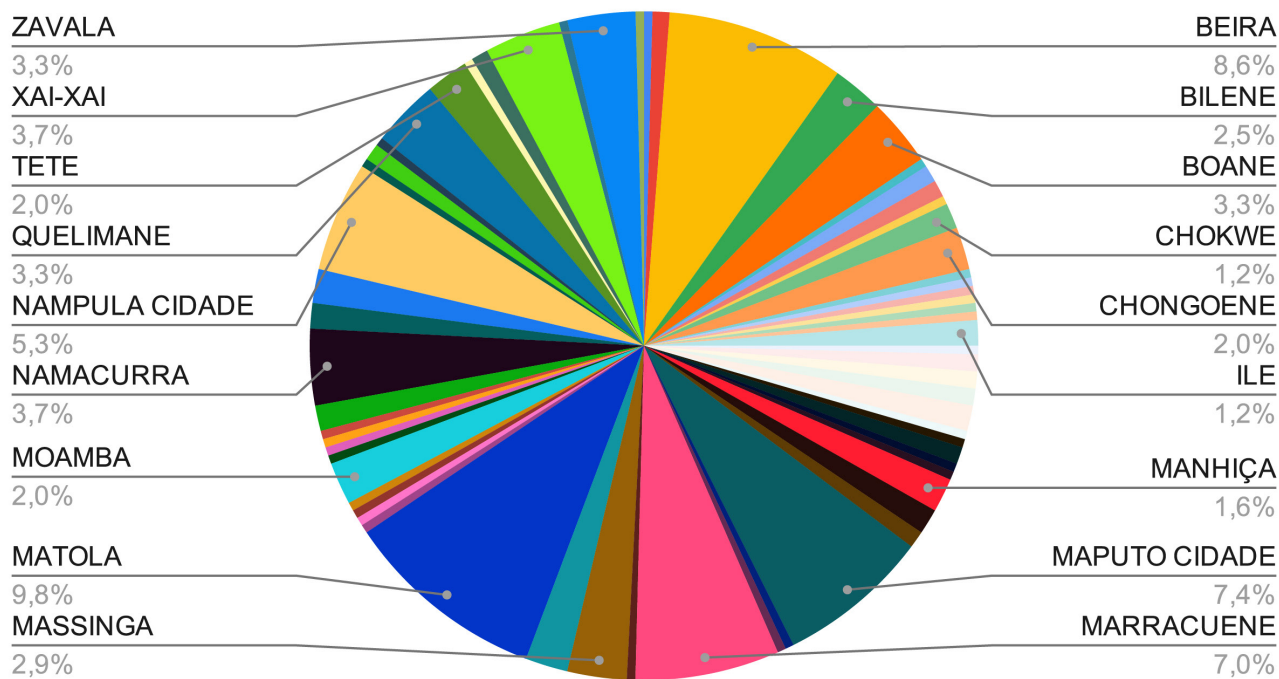
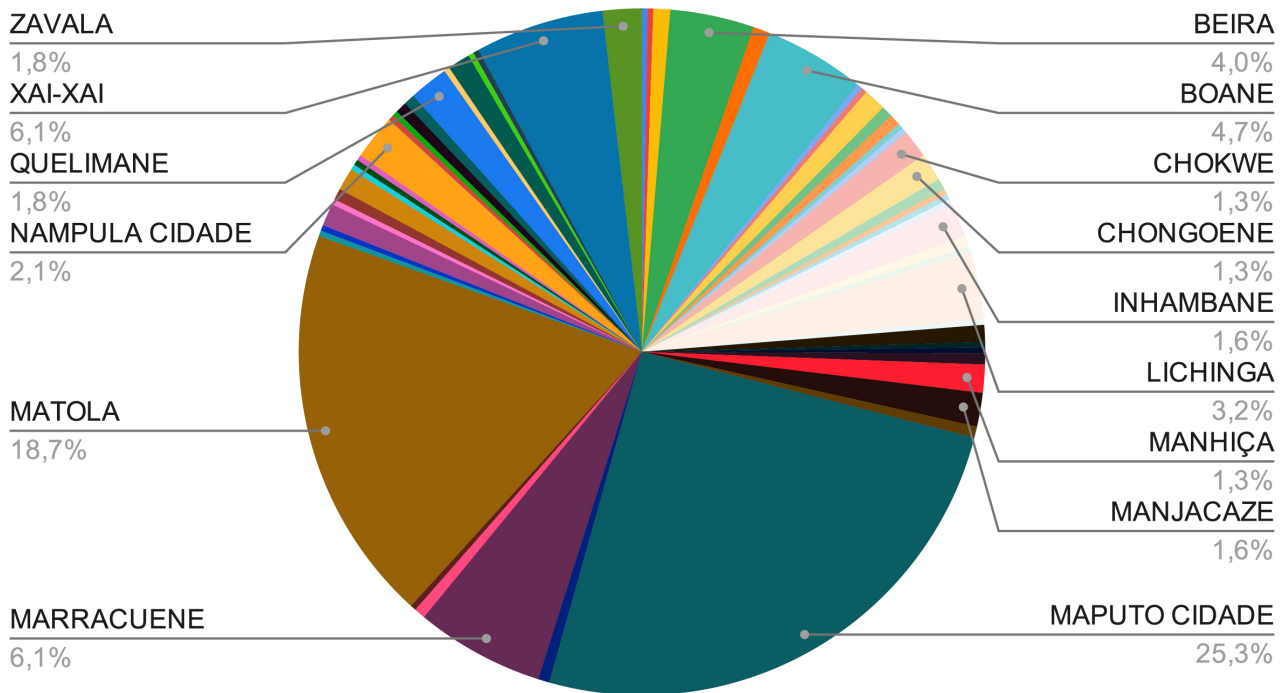


Gráfico 6. Distrito de residência (Pais e Encarregados de Educação)



4.1.3 Idade

Entre professores, pais e encarregados de educação, a maioria dos respondentes é jovem. Destes, 34,4% dos professores têm entre 31 e 40 anos; 33,6%, entre 25 e 30 anos; e 7,8% entre 21 e 24. Ao mesmo tempo, temos um número significativo de professores acima de 40

anos (27,4%), igualmente importante no que concerne à experiência no campo da docência e de gestão de situações de crise. Quanto aos pais e encarregados de educação, 50,1% tem entre 31 e 40 anos; 14,8,8%, entre 25 e 30 anos. É igualmente considerável o número de pais acima de 40 anos, cerca de 31,4%.

Gráfico 7. Idade (Professores)

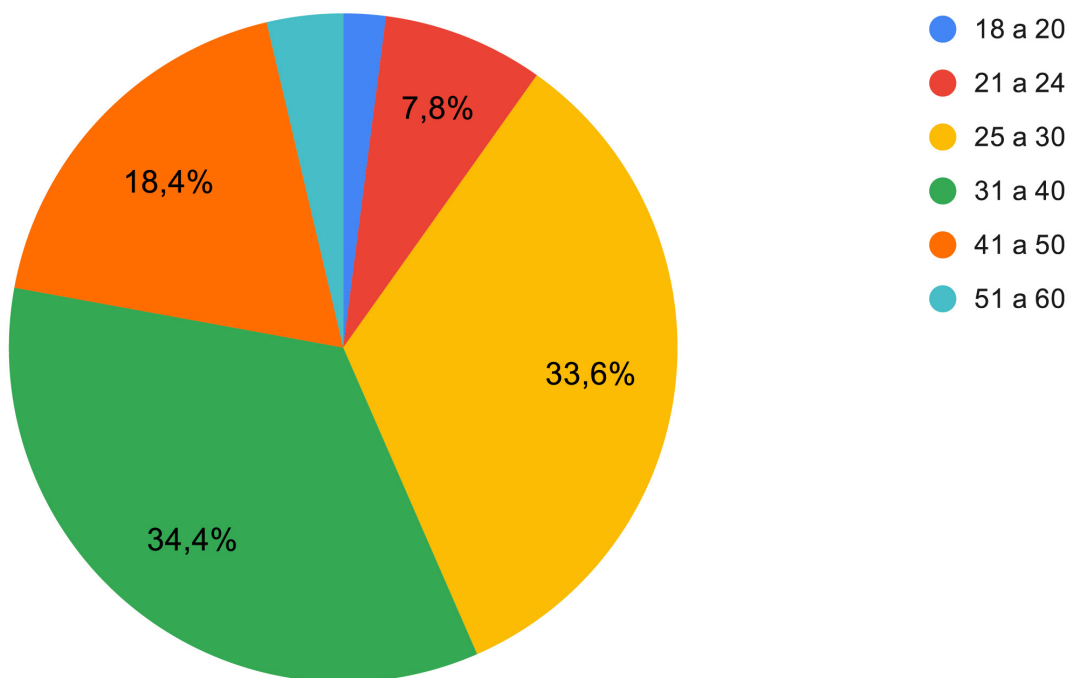
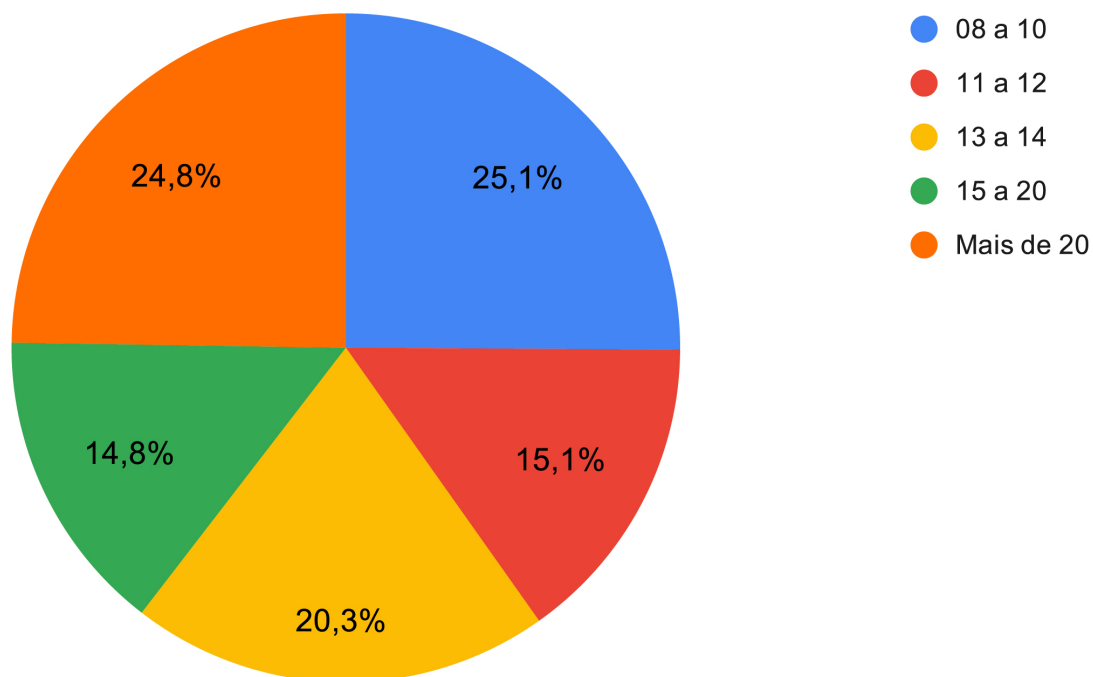
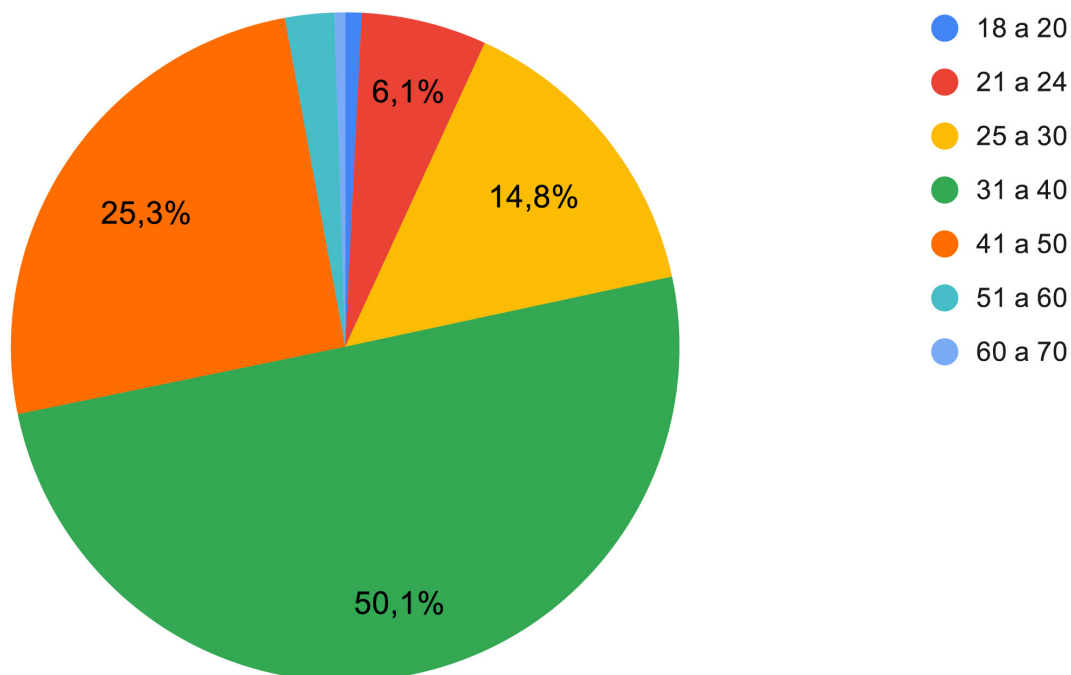


Gráfico 8. Idade (Alunos)



Relativamente aos alunos, a sua idade está distribuída de forma mais igualitária, embora se possa fazer considerações sobre o esforço dos respondentes acima de 20 anos para terminar o nível básico.

Gráfico 9. Idade (Pais e Encarregados de Educação)



4.1.4 Sexo

Relativamente ao sexo, a maioria dos pais que respondeu ao inquérito é do sexo masculino (56,7%). O mesmo se repete entre os professores (56,6%), havendo uma ligeira diferença entre os alunos, em que 52,7% dos respondentes são do sexo feminino. Estes resultados estão em consonância com a proporção de professores quanto ao sexo, em que 56,07% são do sexo masculino e entre os alunos, 51,6% são do sexo masculino.

4.1.5 Escolaridade

A maioria dos professores que respondeu ao inquérito tem o nível de licenciatura (39,3%) ou está a cursar o nível superior (21,3%). Vale destacar também o número de professores com o magistério feito, através do curso de formação de professores (11,5%). A escolaridade dos pais e encarregados de educação não se difere da dos Professores, na medida em que a sua maioria também tem o nível de licenciatura (37,7%) ou está a cursar o nível superior (19,5%). Em seguida, temos os que têm o secundário completo, 15,3%, o que, de um modo geral, revela um segmento relativamente bem informado.

Gráfico 10. Nível Académico (Professores)

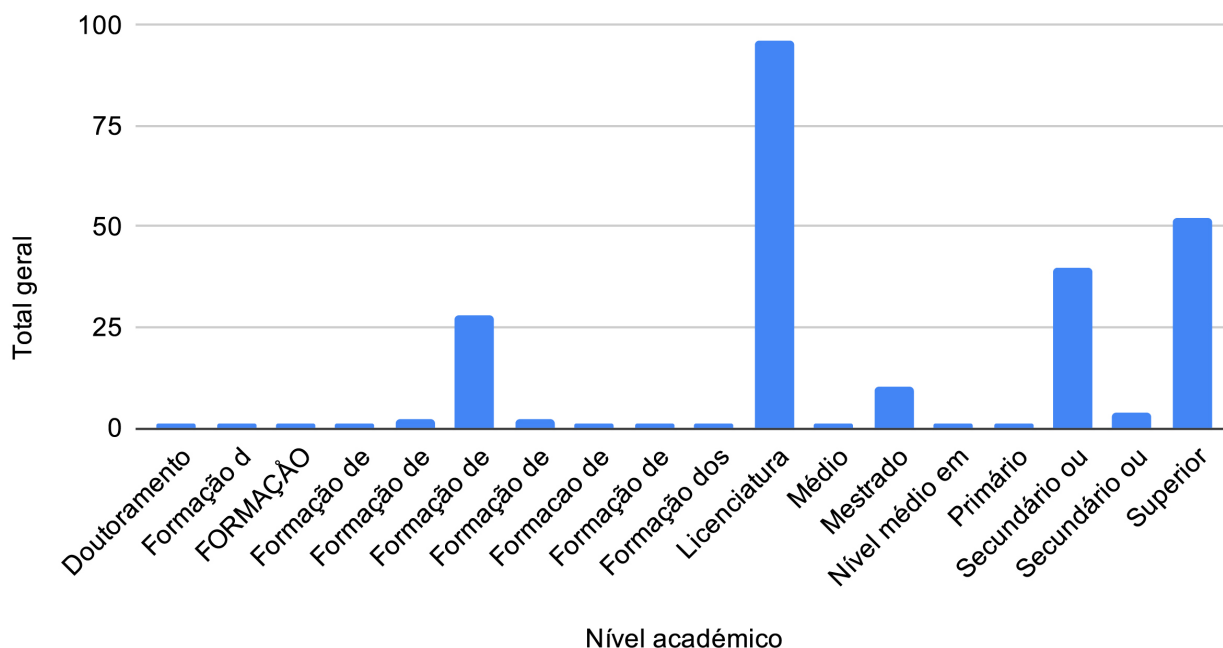
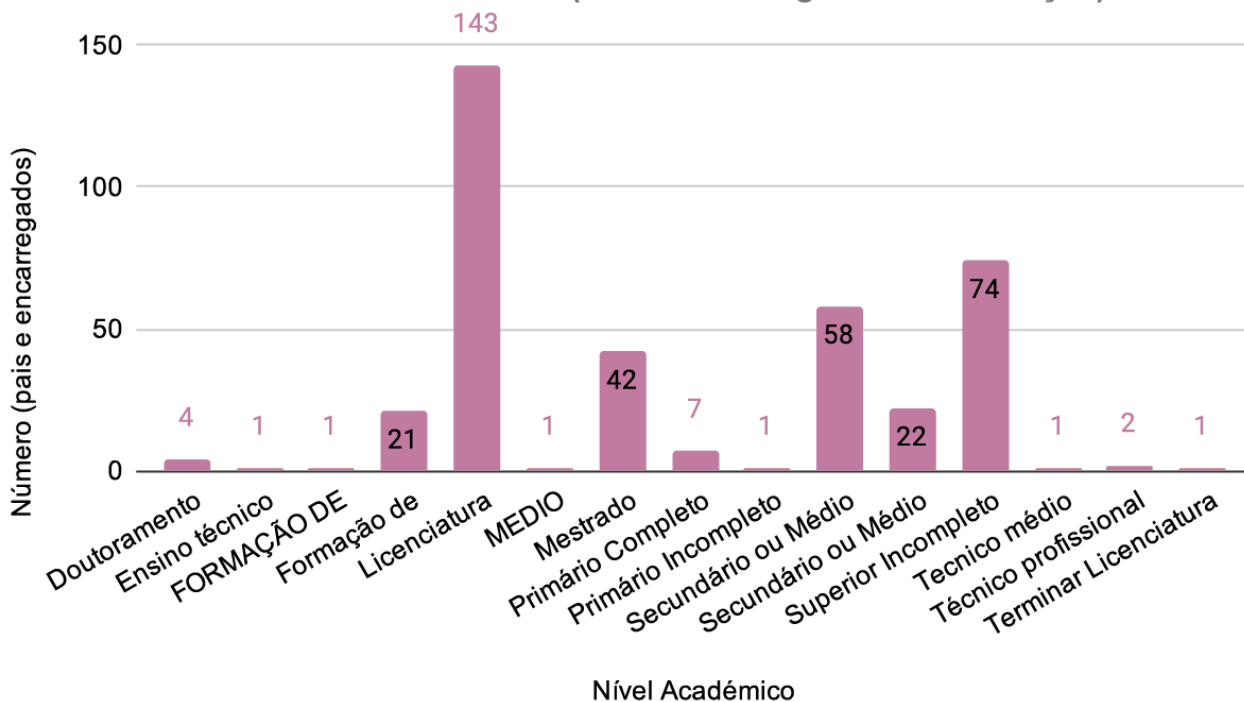


Gráfico 11. Nível académico (Pais e Encarregados de Educação)

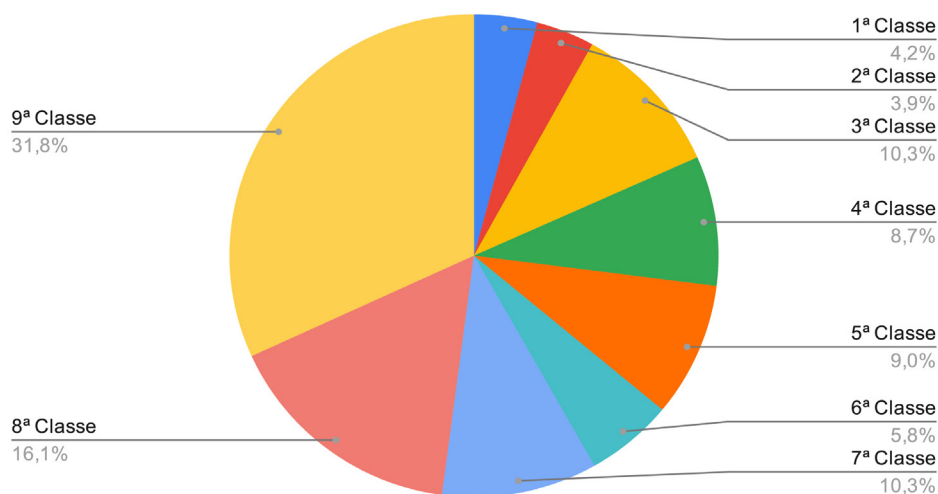


Entre os professores, observa-se a presença de licenciados em classes e nos níveis fundamentais. Por seu turno, embora seja uma exceção, temos um professor a leccionar a 9ª classe sem, no entanto, ter concluído a 12ª, como se pode ver na Tabela 4, que se segue:

Nível académico	Classe em que leciona								
	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe	6ª Classe	7ª Classe	8ª Classe	9ª Classe	Total geral
Doutoramento								1	1
Formação d professores via à distância 10ª+3anos						1			1
Formação de Professores (10ª mais 1 ano)	1								1
Formação de professores (10+ 2)	1								1
Formação de Professores (10ª mais um ano)			2						2
Formação de Professores (12ª mais três anos)	4	2	4	6	1	7	2	2	28
Formação de Professores 10 +1 ano	2								2
Formação de professores 10+1	1								1
Formação de professores 12+1		1							1
Formação dos professores (10ª mais 1 ano)				1					1
Licenciatura	4	1	3	8	5	31	8	36	96
Médio	1								1
Mestrado							1	9	10
Nível médio em Agricultura								1	1
Primário Completo			1						1
Secundário ou Médio Completo	4	7	8	12	2	4		3	40
Secundário ou Médio Incompleto	1		2					1	4
Superior Incompleto	9	3	7	9	7	9	1	7	52
Total geral	28	14	27	36	15	52	12	60	244

Quanto aos alunos, a maioria dos respondentes está a frequentar a 9ª classe. Ou seja, quanto maior classe, maior é proporcionalmente o índice dos que responderam.

Gráfico 12. Classe em que estuda



4.1.6 Estado Civil, Agregado e Renda Familiar

A maioria dos professores declara-se solteiro (56,1%). Os casados e os que vivem em união de facto somam 43%. No que concerne ao estado civil, renda e agregado dos professores, vale referir que, em geral, a maioria dos respondentes tem entre 4 a 8 membros. Entre os casados, a maioria tem como renda familiar entre 30 mil e 40 mil Mt em primeiro plano e entre 10 e 15 mil Mt em segundo. Entre os solteiros, a renda da maioria situa-se entre 4 mil e 10 mil Mt, seguidos pelos que estão com até 4.467,00 Mt. Na união de facto, a maior concentração está em famílias com 4 a 5 membros e em termos de renda, a maioria tem entre 4 mil e 15 mil Mt, seguidos pelos que têm 25 mil e 30 mil Mt. Vide Anexo 1.

Entre os pais e encarregados de educação, somados os casados e os que estão em união de facto correspondem a 60,1% e os solteiros são 39,3%. Quanto ao agregado familiar, 55,9% têm entre 4 e 5 membros e, entre os casados, predominam os que têm acima de 40 mil Mt, seguidos pelos que têm como renda de 25 mil a 30 mil Mt. Entre os solteiros, o predomínio está entre os que têm renda entre 4 mil e 10 mil Mt, seguidos pelos que têm a renda entre 10 mil e 15 mil Mt. A maioria dos que estão em união de facto, à semelhança dos casados, tem a sua renda familiar acima dos 40 mil, embora em seguida estejam os que têm a sua renda entre 10 mil e 15 mil Mt. Anexo 2.

4.1.7 Condições de Habitação

Em todos os segmentos estudados, a componente energia eléctrica - como condição primária, especialmente quando se trata de estudar em casa e do uso das tecnologias de informação e comunicação - está presente para pelo menos 89,7% dos alunos; 93,9% professores; e 97,4% dos pais e encarregados. Quanto aos bens, 32,8% dos alunos têm entre celular simples ou rádio ou geleira, ou TV ou ambos, sem incluir qualquer dispositivo de acesso à informação digital. Entre os pais e encarregados,

essa proporção cai para 17,4%; e entre os professores a proporção cai ainda para 16,4%. Em média, as informações via meios tecnológicos e digital estaria ausente para 22,2% dos lares, o que é significativo.

Relativamente às aulas via TV, estas seriam possíveis em 84,6% dos lares dos alunos e se o meio fosse o rádio, estas condições estariam em 47,9% dos lares. Para pais e encarregados, haveria condições de acesso às aulas via TV para 97% das casas; e se o meio fosse rádio, seria em 55,9% das casas. Quanto aos professores, avaliariam as aulas na TV em 85,7% e o mesmo seria possível via rádio em 41,4% das casas. Vide o anexo 3. Portanto, teoricamente, as tele-aulas seriam viáveis para a maioria dos alunos inqueridos, dado existirem condições (energia e aparelho de TV).

4.1.8 Tipo de Escola e Meio de Transporte

Grande parte dos professores que responderam ao inquérito (85,2%) leccionam em escolas públicas; 12,3% em escolas privadas; e 2,5% em ambas. O mesmo acontece com os pais respondentes, em que a maior parte tem os seus educandos na escola pública (63,9%). Idem relativamente aos alunos, na medida em que 74% dos respondentes estão na escola pública.

Quanto ao meio de transporte, a maior parte dos alunos vai à escola a pé (52,4%), 15,4% dos quais mesmo morando distantes da escola. No entanto, um número também significativo (27,7%) usa o transporte público. 11,6% usa o carro da família e apenas 4,5% usa outros meios, incluindo a "carrinha escolar". Estes dados são confirmados pelos pais, para os quais 45,1% dos seus educandos vai a pé à escola, e 26,4% usa o transporte público. Os que usam o carro da família perfazem 17,2%.

Os professores, em contrapartida, usam o transporte público para a escola (50%), seguidos por aqueles que vão a pé, 21,7%, dos quais 7,4% fazem-no apesar de morar distante da escola. Os meios próprios, entre eles o carro de família é usado por 12,7% dos professores.

Gráfico 13. Meio de transporte à escola (Alunos)

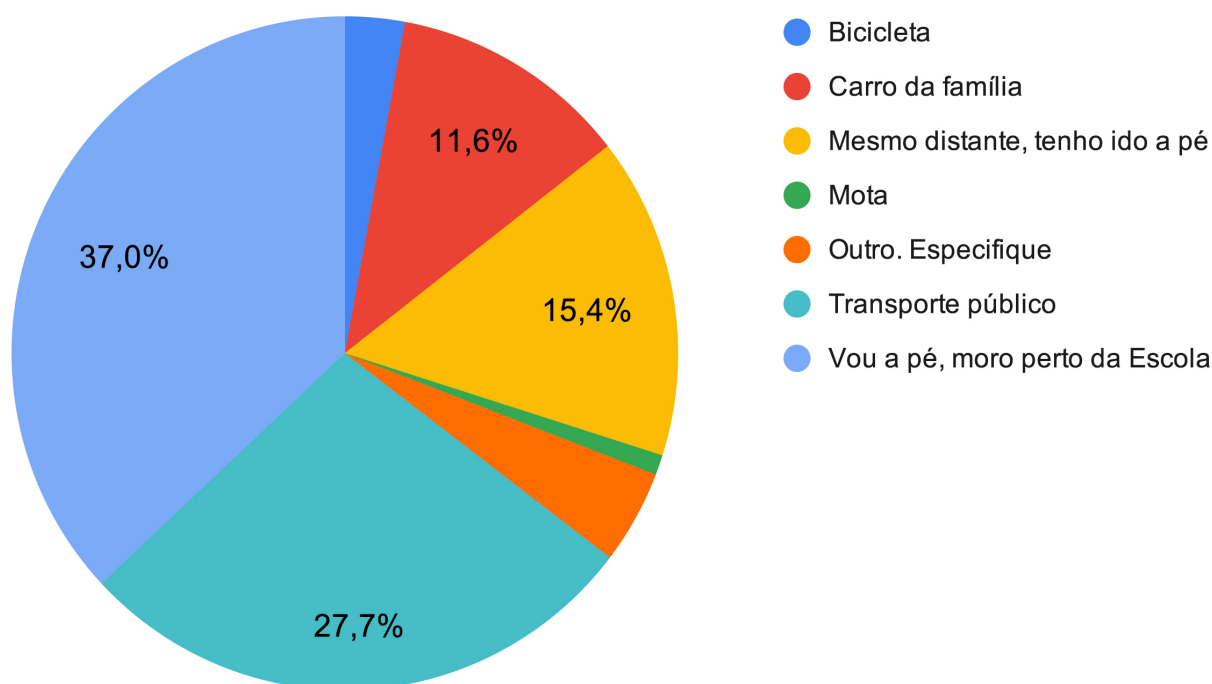
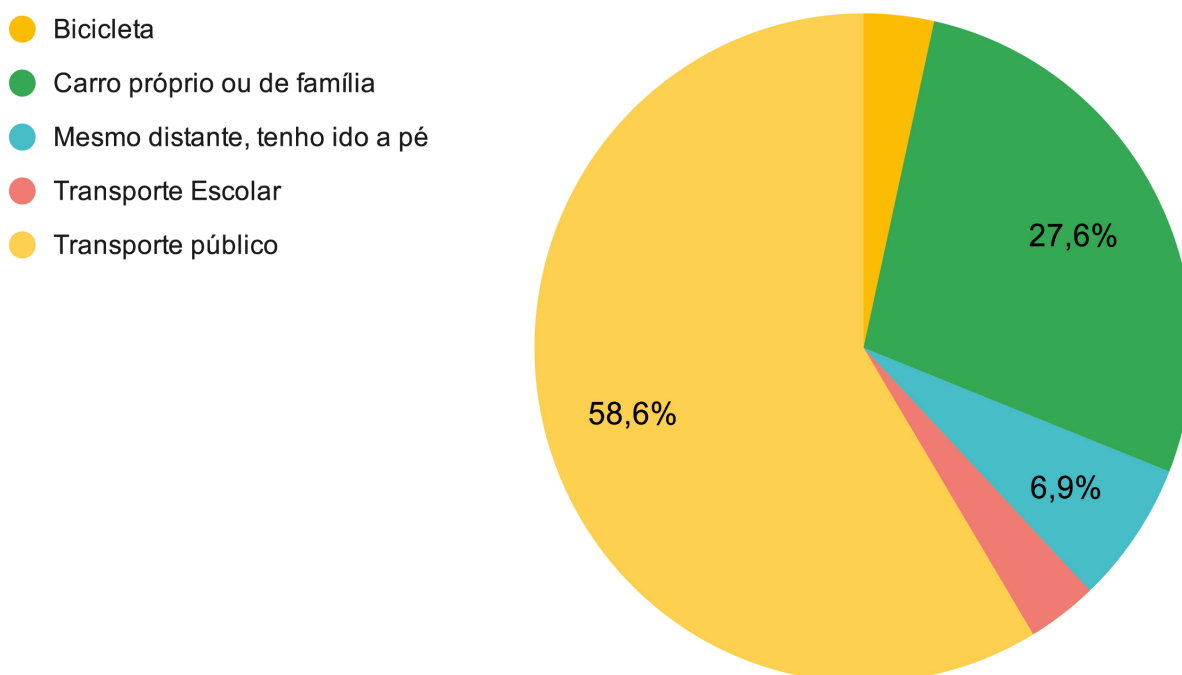


Gráfico 14. Meio de transporte à Escola (Professores)



De um modo geral, o tipo de escola não é determinante quanto ao tipo de transporte, embora se possa constatar uma maior inclinação em relação ao uso do carro familiar entre os alunos da escola privada e entre os que vão a pé, ainda que morem distantes da escola, entre os da escola pública, como mostra a tabela que se segue:

Tabela 5 – correlação tipo de escola versus meio de transporte

Meio de transporte à escola?	Tipo de escola		
	Privada	Pública	Total geral
Bicicleta		9	9
Carro da família	26	10	36
Mesmo distante, tenho ido a pé	1	47	48
Mota		3	3
Outro. Especifique	11	3	14
Transporte público	28	58	86
Vou a pé, moro perto da Escola	15	100	115
Total geral	81	230	311

A partir da resposta ao inquérito dos pais e encarregados, cerca de 80% dos alunos que vão a pé, as suas famílias têm renda entre 4 mil e 15 mil Mt, enquanto que 63% dos que usam o carro da família têm renda acima de 40 mil Mt.

4.1.9 Disciplinas

Português e Matemática são as disciplinas presentes em todas as classes. A estas outras vão sendo progressivamente acrescentadas, entre elas, ciências sociais, ciências naturais, história, biologia, física, química,

geografia, inglês, francês, educação física, educação cívica e moral, educação visual e educação musical, estas três últimas registadas nas escolas privadas.

4.2 Métodos de Ensino adoptados na Educação Básica em Moçambique Durante o Estado de Emergência

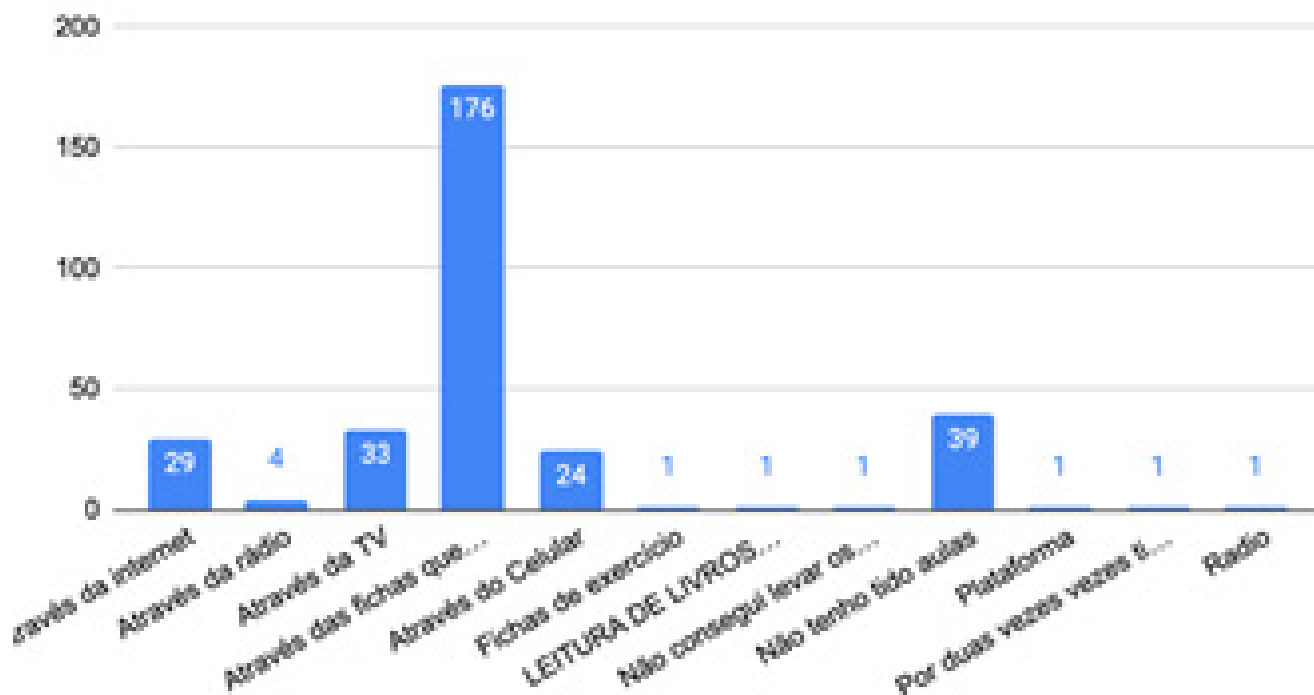
4.2.1 Métodos de Ensino Durante a Pandemia

Durante o Estado de Emergência, 56,6% dos alunos têm tido aulas através de fichas que os pais buscam na escola: 17% somados, entre a internet e uso do celular; e 10,6% através da TV. No entanto, 12,5% assinalou que não tem tido aulas, como mostra o gráfico 15, que se segue.

Embora seja apresentada uma multiplicidade de modalidades, 45,6% dos pais e encarregados corroboram o recurso às fichas disponibilizadas pela

escola. Em seguida, há os que ressaltam a combinação das fichas com as redes sociais ou ferramentas remotas (15,6%); e os que combinam estas fichas e os conteúdos transmitidos via TV (14,5%).

Gráfico 15. Método de ensino (Alunos)



Não obstante, entre os pais e encarregados há os que revelam que os seus educandos não têm tido aulas (7,4%). Vale ressaltar também o facto de entre os pais e encarregados que, ainda que numa percentagem pequena, haver os que assumiram a explicação ou contrataram explicadores para os seus educandos.

A fala dos professores confirma o uso das fichas como o principal método de ensino (73,8%). As plataformas remotas ou aulas através das redes sociais é assumida por 14,8%. A maioria dos professores (53,3%) que dão aulas através de plataformas remotas estão nas escolas privadas, contra apenas 9,1% das escolas públicas. Ainda entre os professores, os que alegam não estar a dar aulas correspondem a 4,1%. Nesta categoria, as aulas por outra via da TV e/ou rádio representa 6,1%.

Nota-se, a partir deste levantamento que nos casos de falta de aulas, a partir da análise das respostas dos professores e dos encarregados de educação, este facto pode não estar directamente associada à falta de meios - smartphone, computador ou tablet -, na medida, em ambos casos, só perto de 10,5% das casas não dispõem destes meios (no seio dos que não estão a dar ou a não receber aulas). Esse facto se coloca entre os alunos, na medida em que índice dos que não dispõem desses meios (dos que não estão a ter aulas) sobe para 41%.

Uma explicação para a falta de aulas pode ser encontrada nesta fala de alguns dos representantes da ONP em algumas províncias:

As zonas que têm sido mais privilegiadas são os centros urbanos. No meio rural tem sido as vilas ou sedes dos distritos onde contém energia eléctrica e nas zonas circunvizinhas a estas vilas. Portanto, nós até mandamos um documento ao Ministério depois de termos

ouvido a todas as províncias sobre o que estava a acontecer. Sobre o nível de abrangência, este está reduzido, porque em alguns distritos a rede de energia não chega, portanto, há muitas crianças que não acompanham essas plataformas, mesmo a nível de docentes, há docentes que não possuem dispositivos com internet, o que torna difícil (REPRESENTANTE DA ONP).

Embora entre os professores o índice seja menor, entre os alunos ele se destaca. Assim, sendo aberta esta possibilidade, fica evidente, que estamos, portanto, perante os efeitos das desigualdades sócio-económicas na educação, um tema estudado pela sociologia da educação, principalmente, da tendência reprodutivista que tem Pierre Bourdieu como líder dessa abordagem sociológica na educação.

Tanto os professores (59%), alunos (97,1%) quanto os pais e encarregados de educação (60,7%) são unânimes em afirmar que as aulas decorrem maioritariamente a partir de casa. No entanto, para um número significativo de professores (34%) continuam a deslocar-se para a escola em busca de melhores condições para que as aulas aconteçam.

Para 68,5% de professores e para 85% dos pais e encarregados de educação as aulas representam um custo adicional. No caso dos alunos, essa percentagem é de 50,2%. Dos professores, 44,7% suporta pessoalmente os custos; 19,3% tem o apoio da escola; e apenas 4,5% tem apoio de terceiros. Nos pais, 81,5% suporta pessoalmente os custos e o apoio da escola ou de terceiros representa apenas 3,4%.

Entre os professores, 63,3% dos que suportam os custos adicionais pessoalmente têm renda familiar até 15 mil Mt. Entre os pais e encarregados, esse índice é de 41,4%, como ilustra a tabela a seguir:

Tabela 6 – Custo adicional versus renda familiar

Custo adicional	Renda Familiar	Professores	Pais e encarregados
Não, não tem custos adicionais	Acima de 40.000,00 Mt	2	13
	Até 4.467,00 Mt	12	7
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	14	13
	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt	2	3
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt	6	2
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt	10	5
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt	3	4
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	28	10
Não, não tem custos adicionais Total		77	57
Sim. A Escola tem apoiado nos custos	Até 4.467,00 Mt	1	1
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	9	1
	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt	4	0
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt	5	1
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt	9	2
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt	5	0
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	14	1
Sim. A Escola tem apoiado nos custos Total		47	6
Sim. Os custos são patrocinados por terceiros	Acima de 40.000,00 Mt	1	0
	Até 4.467,00 Mt	3	1
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	1	3
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt	1	0
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt	0	1
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt	2	0
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	3	2
Sim. Os custos são patrocinados Total		11	7
Sim. Suporte pessoalmente os custos	Acima de 40.000,00 Mt	9	77
	Até 4.467,00 Mt	6	21
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	30	37
	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt	6	25
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt	7	21
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt	8	28
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt	10	30
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	33	70
Sim. Suporte pessoalmente os custos Total		109	309
Total geral		244	379

Ou seja, as medidas de mitigação da COVID19 na educação básica representaram despesas não previstas no orçamento dos pais e dos professores da educação básica, com uma renda familiar, na sua maioria, até 03 salários mínimos. Além de custos adicionais para os que puderam suportar, como ficou evidente nas entrevistas, boa parte dos pais nas zonas rurais não dispõe de condições financeiras para arcar com os custos das fichas e nem mesmo as escolas têm condições para a multiplicação das fichas e distribuí-las pelos alunos:

[...] talvez há situações em que algumas escolas dos distritos não podiam pagar a impressão das fichas e exigiam as crianças para apagar, então tenho conhecimento desta informação e foi levada para o MINEDH e acho que fizeram algo para que as crianças não pagassem (PARCEIRO DE COOPERACAO 1).

Além das desigualdades socio-económicas, a COVID 19 também veio evidenciar a crise fiscal pela qual passa boa parte dos países em desenvolvimento e os seus efeitos no financiamento à educação básica, como demonstrado por Torres (1995) em seu estudo sobre as estratégias do Banco Mundial para melhorar a qualidade da educação básica. As condições reais de funcionamento de boa parte das escolas, desafiadas a responder as medidas de mitigação da COVID19 emanadas pelo MINEDH, revelaram-se aquém do desejável.

4.3 Qualidade e Equidade no Ensino Durante o Estado de Emergência

4.3.1 Frequência às Aulas

Embora 36,9% dos professores que responderam ao inquérito discordem total ou parcialmente sobre a frequência às aulas pelos alunos e 33,4% consideram a frequência satisfatória, vale destacar que, na realidade, a maioria ainda não tem uma avaliação precisa sobre a participação dos seus alunos, a considerar pelo significativo índice de 29,8% de indecisos. Importa notar que entre os que discordam, por um lado, e os que consideram a frequência dos alunos satisfatória, por outro, parte deles apenas manifestam o seu sentimento quanto ao decurso das aulas (5,9% e 8,9% respectivamente) visto que não estão a dar aulas.

Os pais e encarregados são mais optimistas quanto à frequência às aulas pelos seus educandos. Neste âmbito, 50% concorda parcial ou totalmente com a frequência satisfatória (com tendência maior para os totalmente de acordo, 31,5%, contra 23,4%). O índice dos indecisos também é significativo, 26,6%.

Quanto aos alunos, apenas 22,8% são categóricos em confirmar satisfatoriamente a sua participação nas aulas, contra os 36,2% que não participam com frequência. 41% é dos que consideram a sua participação não tão regular, caracterizada pela expressão “mais ou menos”.

Sobre a frequência às aulas, tratando-se de um país eminentemente rural, a fala de um dos presidentes de Conselho de Escola é elucidativa sobre os impactos das medidas de mitigação da COVID 19 na educação básica:

Falou-se de rádio-escola, o que acredito que não deu certo; falou-se também de telescola, acho que também não deu certo. No entanto, o que pode acontecer é que a escola reinicia. Não sei o que vai acontecer, mas essa coisa de telescola, rádio-escola não deu certo (PRESIDENTE DE CONSELHO DE ESCOLA, TETE).

Conforme o entrevistado, as principais razões estão na concepção de mundo e de sociedade que orienta a praxis dos habitantes das zonas rurais:

Quando se declarou o estado de emergência, dizendo que as aulas não deveriam se prolongar mais, então como somos camponeses optou-se por levar as meninas e os rapazes à machamba para ajudar as mães na colheita e mais, por essa razão é que essa coisa de rádio-escola e telescola não funcionou, porque muitos de nós levamos as crianças para as machambas (IBIDEM).

Esta fala corrobora os resultados de estudos sobre o absentismo escolar realizado pela UP (2017) que aponta as dinâmicas culturais como sendo os principais factores do absentismo das crianças: ajudar nas tarefas domésticas. Ficar em casa, não significou o confinamento, mas sim, não ir à escola apenas, permutando com outras actividades.

Porém, esses dados não invalidam as experiências de relativa eficácia das medidas de mitigação dos impactos da COVID 19 na educação básica levadas a cabo por Organizações não-governamentais parceiras do MINEDH em algumas províncias, apesar do facto de o MINEDH não ter feito nenhuma monitoria sobre a eficácia das medidas:

Era preciso que o Ministério depois, por exemplo, que nós tomamos essa situação a partir de Março ou finais de Março (passado dois meses ou um mês e meio) era necessário que Ministério trouxesse esses dados, partilhando também aquilo que foi o resultado de monitoria da aplicação dessas modalidades que adoptaram, não é? Para se poder ver o que estava a ser funcional e o que não estava a ser: quais são os desafios e em conjunto encontrar-se novas alternativas de modo a superar esses mesmos desafios. Infelizmente, isso não houve aqui, houve essa fraqueza por parte do Ministério (PARCEIRO DO MINEDH 2)

4.3.2 Assimilação dos Conteúdos

A partir do ponto de vista dos professores, no que tange à assimilação dos conteúdos pelos alunos, 29,6% dizem-se total ou parcialmente impressionados, contra um total de 42,1%. Indecisos são 28,3%, como podemos ver no Gráfico 16. Entre os alunos, 23% conseguem assimilar os conteúdos, contra 30,8% que categoricamente acham que não. 45,5% apresentam alguma dificuldade na assimilação dos conteúdos (Gráfico 17). Os dados revelam ainda não haver uma correlação directa entre a classe em que se estuda e a facilidade ou dificuldade de assimilação dos conteúdos.

Os pais mostram-se mais satisfeitos quanto à assimilação dos conteúdos, já que 53,1% concorda parcial ou totalmente com os resultados neste âmbito, em comparação com os 19,1% que não partilham da mesma visão. Significativo é também o índice dos que estão indecisos (27,8). Os pais e encarregados justificam a sua posição (quanto à insatisfação) ao facto de não estar a haver monitoria (46,6%) e a falta de preparação dos professores (10%). Como contrapartida, o “acompanhamento dos pais” é apresentada por 58,7% dos pais e encarregados de educação como o principal factor para a competente assimilação dos conteúdos pelos seus educandos.

Gráfico 16. Assimilação dos conteúdos pelos alunos

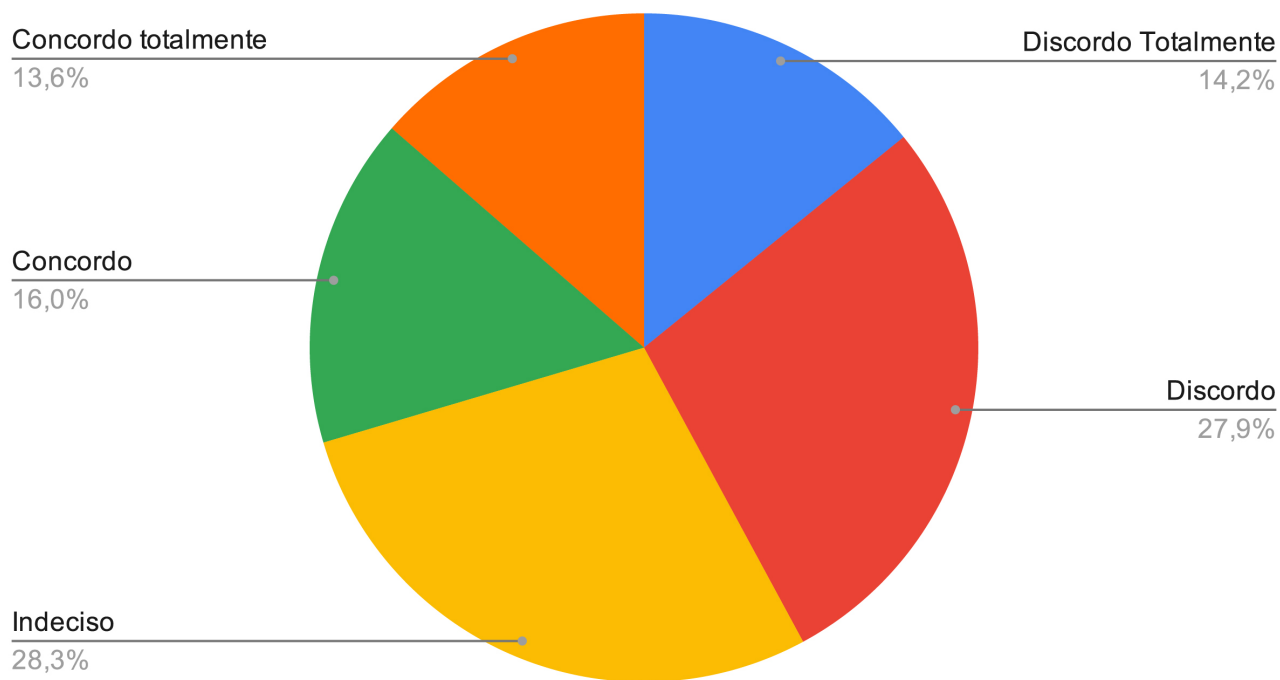
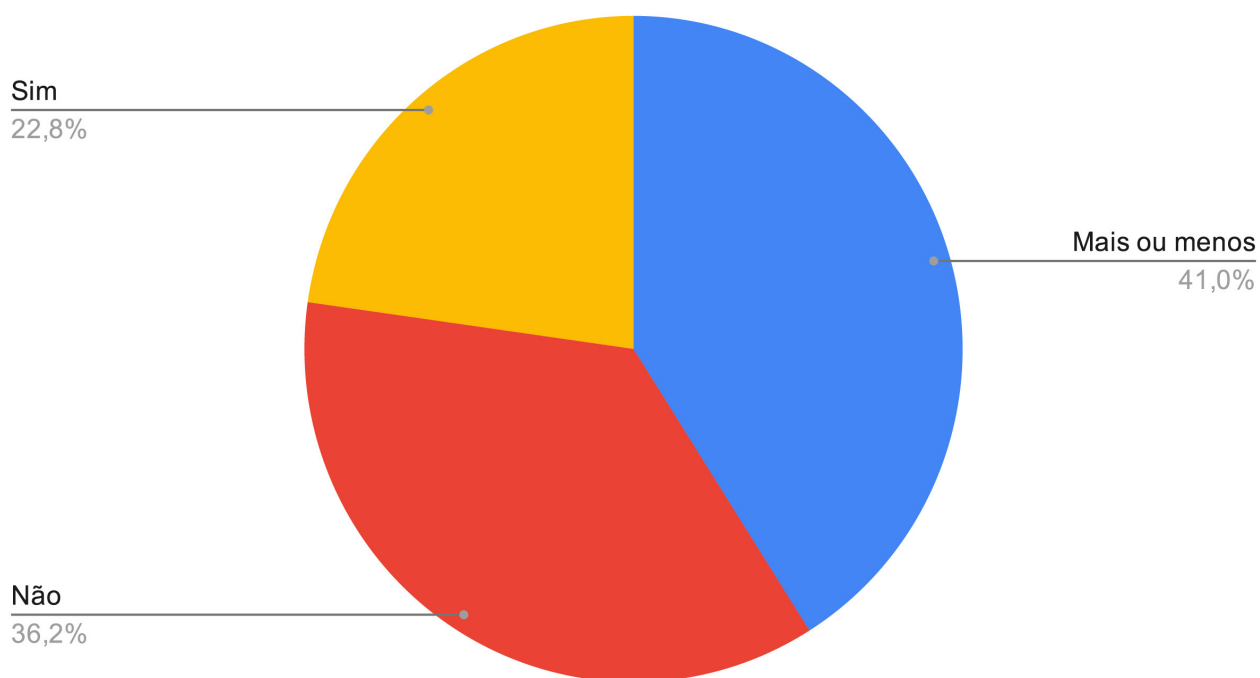


Gráfico 17. Assimilação dos conteúdos



As dificuldades de assimilação são, de facto, sentidas por quem menos frequenta as aulas, cujo taxa é de 49,9%, como se deduz a partir da Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 – Assimilação dos conteúdos versus frequências às aulas

Assimilação dos conteúdos	Frequência às aulas			Total geral
	Mais ou menos	Não	Sim	
Mais ou menos	72	36	34	142
Não	28	56	12	96
Sim	28	21	25	74
Total geral	128	113	71	312

Provavelmente pelo facto de as aulas estarem a decorrer em casa, a maioria dos alunos, em caso de dúvidas solicitam o apoio dos seus pais, irmão ou alguém mais velho (56%). A ajuda dos professores vem em segundo plano e a dos colegas de escola/classe em terceiro. No entanto, cerca de 11,7% dos alunos dizem não ter tido nenhum apoio.

Porém, essa assimilação de conteúdo tem de ser vista com cautela e não de forma abrangente, pois variáveis como morada (urbano ou rural), renda familiar e escolaridade dos pais devem ser levadas em consideração, como afirmam alguns representantes da ONP.

A fraca assimilação dos conteúdos através dos meios sugeridos nesse período de emergência, também foi referenciada por presidentes de Conselhos de Escola entrevistados:

Porque em princípio boa parte dos pais e encarregados de educação não estão a ir buscar os trabalhos que as escolas estão neste momento a fornecer e, mesmo assim, há pais que por vontade própria vão buscar os trabalhos. No entanto, em termos de acompanhamento pelo que percebi, muitos pais não têm tomado uma atenção especial para os seus educandos/filhos, isso porque na avaliação que se tem feito, em algum momento deixa a desejar, pois o encarregado leva os exercícios, mas no momento de devolução fica eventualmente uma questão: como é que este exercício volta para a escola? E o aluno chega a ter uma pontuação negativa? (PRESIDENTE DE CONSELHO DE ESCOLA, CABO DELGADO).

Na experiência prática, as aulas não são produtivas pois as pessoas, mesmo na cidade, aqui na cidade de Maputo onde estamos, os jovens estudantes não prestam atenção, estão a passear à sua maneira, deslocam-se de uma província para outra, dum distrito para o outro (REPRESENTANTES DA ONP).

A relação com o saber, conforme pontua Charlot (2008), é um dos factores que serve para explicar o interesse dos alunos em relação à escola e à aprendizagem. Como se pode depreender, o fraco interesse pelo aprendizado é um facto que também ocorre em períodos ditos normais. A pandemia da COVID-19 apenas agravou uma postura de estudantes pouco afetos à solidez das exigências da educação num mundo que cultua a leveza como é referido por Tomazetti (2014). Além da relação com o saber em tempos líquidos, o trabalho escolar das famílias e a herança cultural (POTES e ALMEIDA, 2000) são fundamentais para o sucesso escolar dos estudantes. Nestes dois casos, provavelmente, há fraca participação dos pais no apoio às crianças em casa nestes tempos de emergência, como os dados do inquérito sugeriram e corroborados com as entrevistas. A referência são as zonas rurais e as províncias mais pobres de Moçambique:

Procuro saber e perceber muito bem qual é o nível de aproveitamento, o nível de resultados dos exercícios em si e não só, no seu todo quantos exercícios são devolvidos à escola, mas é um número muito reduzido. Mesmo sendo um número reduzido de pais que levam os exercícios resolvidos à escola, em termos de evolução deixa muito a desejar (PRESIDENTE DE CONSELHO DE ESCOLA, CABO DELGADO)

Porém, o domínio da língua portuguesa por parte dos pais e encarregados de educação foi apontado como outro factor que pode explicar a pouca eficácia das fichas, levando à não assimilação dos conteúdos por parte das crianças:

[...] é outra lacuna que nós tivemos. Era preciso também contextualizar cada vez mais. Outra questão também foi a questão das línguas nacionais (línguas locais) porque nem todos responderam às ficha e era por falta de domínio da língua portuguesa, porque nem todos os pais falam português, nem todas as crianças dominam a língua portuguesa e nem todos os professores. Há determinadas escolas que marcavam as fichas no quadro ou os papás as escreviam e as afixavam nas paredes das escolas - se calhar não é o caso de Maputo - mas, nas províncias nós verificamos isso. Então, tinha que haver esse acompanhamento que não se verificou (PARCEIRO DO MINEDH 2).

Para se superar esta dificuldade e garantir o direito de as crianças continuarem a aprender durante a emergência, os meios de comunicação e as línguas locais foram mobilizadas:

Então em coordenação com os institutos de formação dos professores e técnicos do Ministério ao nível provincial e mesmo os próprios departamentos pedagógicos ao nível dos distritos nós conseguimos, por exemplo, criar mecanismos do uso das Rádios Comunitárias e os professores vão à Rádio comunitária colocam as questões e explicam e aí usam a língua portuguesa e língua local. Isso trouxe mais motivação por parte dos pais, que depois também durante aquele tempo em que o professor estava a explicar colocavam as suas dúvidas e as próprias crianças acabavam por participar. Isso foi muito positivo (PARCEIRO DO MINEDH 2)

4.3.3 Necessidade Educativa Especial

No ponto de vista dos professores, as necessidades educativas especiais abrangem cerca de 27% dos alunos, enquanto que se consideram com NEE cerca de 6,1% alunos. Os pais e encarregados consideram 4,2% dos seus educandos com NEE. Entre os alunos com NEE, 63% são do sexo masculino e 37% do sexo feminino. Destes e de um modo geral, apenas

27,8% consideram estar a ter uma boa assistência por parte da escola.

Quando ao acompanhamento por parte da escola, 39% dos professores afirmam que trabalham com os pais dos alunos com NEE como forma de garantir a sua inclusão, enquanto que para cerca de 34% “é difícil dar acompanhamento”.

Embora não possamos afirmar que exista uma correlação directa, o trabalho de um dos parceiros do MINEDH tem sido fundamental para a assistência a crianças com deficiência neste período de emergência:

A questão do aluno com deficiência ou com necessidades educativas especiais tem de estar presente. Como é que esses alunos têm acesso à escola; como os pais vêm as crianças que são alunos daquela escola. São necessários esses materiais, por exemplo, a nível da província de Manica felizmente temos distribuídos fichas para apoiar essas crianças com deficiência (PARCEIRO DO MINEDH 2).

Um dos presidentes de Conselho de Escola, por sua vez, em relação a assistência a crianças com deficiência sublinhou: “eu mesmo transporte para eles, como presidente de conselho de escola, entramos em contacto com a direcção da escola e levamos alguma lista daqueles que são deficientes e eu também conheço alguns que estão na comunidade e fizemos essa questão”.

Relativamente ao conjunto de acções que garantiriam a inclusão dos alunos com NEE, 4,5% acredita que as aulas presenciais especializadas seriam a solução; 5,7% que a estratégia seria a de trabalhar com os pais; e cerca de 80% não respondeu à questão.

Se um dos parceiros do MINEDH reclama não ter havido sessões de monitoria por parte do Ministério para avaliar o processo de implementação das medidas de mitigação da COVID-19 na educação básica, em relação as crianças com deficiência houve a exclusão na planificação das medidas, das entidades que defendem os direitos das pessoas com deficiência:

Nós não tivemos nenhum apoio porque não fomos solicitados. Quem devia solicitar era o MINEDH, devia solicitar ao movimento, não só da ADEMO mas outras organizações como a CAMO e o Fórum. Não foi solicitada oficialmente uma coisa dessas. Nós somos instituições, é preciso que haja uma solicitação para ver-se que tipo de colaboração ou apoio ou envolvimento nessas organizações no trabalho do Ministério, porque por aquilo que sabemos nós assessoramos o MINEDH, não fazemos o trabalho do MINEDH (OSC- ADEMO).

O diálogo com a sociedade civil, esta que é campo de luta pela hegemonia civil, é deveras importante para a eficácia das políticas públicas. Neste caso, estamos em face de uma política propositiva, do tipo topdown. Avaliando os possíveis resultados das medidas da mitigação da COVID-19 para crianças com deficiência, a entrevistada sublinhou:

Apenas a interpretação, quando o professor dava aulas, havia uma interpretação em língua de sinais sobre o que o professor estava a dizer, mas não é o ensino em língua de sinais, é uma interpretação. O ritmo de aprendizagem de uma criança com deficiência auditiva é

muito mais lento e tem que ser repetitivo. Não vi naquela explicação que estavam a ser transmitidas pela televisão não é ensino em língua de sinais, é tradução do que a professora estava a dar sobre as aulas. Em termos de ritmo de aprendizagem, o ritmo de língua de sinais é muito mais particular. A compreensão do que estava a ser dito (OSC).

As observações sobre as dificuldades dos professores em ensinar as crianças com deficiência durante o período de emergência, seguindo as alternativas pedagógicas emanadas pelo MINEDH para dar conta da suspensão das aulas, também foram constadas por outro entrevistado da sociedade civil, mesmo que a referência tenha sido em relação à docência para estudantes sem deficiência:

O que eu pude constatar é que aquelas aulas (aulas transmitidas na rádio) são simplesmente descritivas e não é necessariamente algo que permite ou que o professor faz uma análise. Por exemplo, numa aula de inglês o professor simplesmente dizia aos alunos para localizar uma determinada página e retirar a matéria e resolver um exercício, não, necessariamente, explicava. Simplesmente dizia que a unidade 5 aborda sobre Phrases and verbs e no sobre phrases and verbs no fim do módulo tem exercício tem exercícios A e B, tem que resolver... (OSC).

Em termos didáticos, acrescenta a entrevistada,

A pessoa que estava a falar, em nenhum momento explicava, a que se referia aquela matéria, dar algum tempo para explicar [...] que devem ser interpretados da for X, Y e Z... a única coisa que fazia era simplesmente descrição, como se estivesse a ler uma coisa que o aluno sozinho tendo acesso ao manual pudesse ler também. No meu ponto de vista, aquela abordagem não trazia nenhum valor acrescentado (OSC).

As falas dos entrevistados, cruzadas com as leituras dos inquéritos confirmam os resultados dos estudos segundo os quais a formação contínua e continuada do professor (SCHON apud MAUÉS, 2003, p. 101; KUENZER, 1999), quando discutem a identidade do professor sobranete. A COVID-19 mostrou as deficiências da formação dos professores como a seguir vamos tentar demonstrar.

4.3.4 Formação

Todos os segmentos são unânimes quando o assunto é a falta de formação, especialmente como um dos principais instrumentos para a mitigação dos efeitos da COVID-19. Com isso, 70,5% dos professores; 85,5% dos alunos; 96,3% dos pais e encarregados sobre os seus educandos revelam não ter tido formação, embora tenhamos, respectivamente, 20,5% e 9,0% de professores que reconhecem ter tido alguma formação para a elaboração dos conteúdos e para o uso de plataformas digitais.

Mas, os dados da Tabela 8 revelam que a necessidade de um esforço a mais não só relacionado com as ferramentas, para que a preparação (associada à devida monitoria) possa assegurar a assimilação dos conteúdos pelos alunos.

Gráfico 18. Formação (Professores)

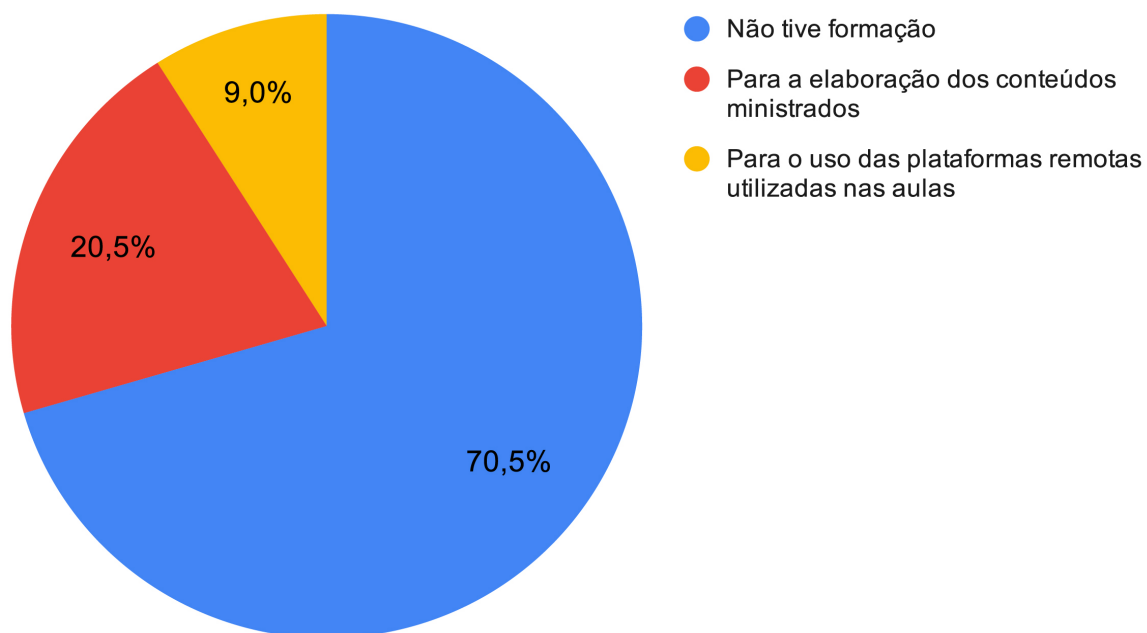


Gráfico 19. Formação (Alunos)

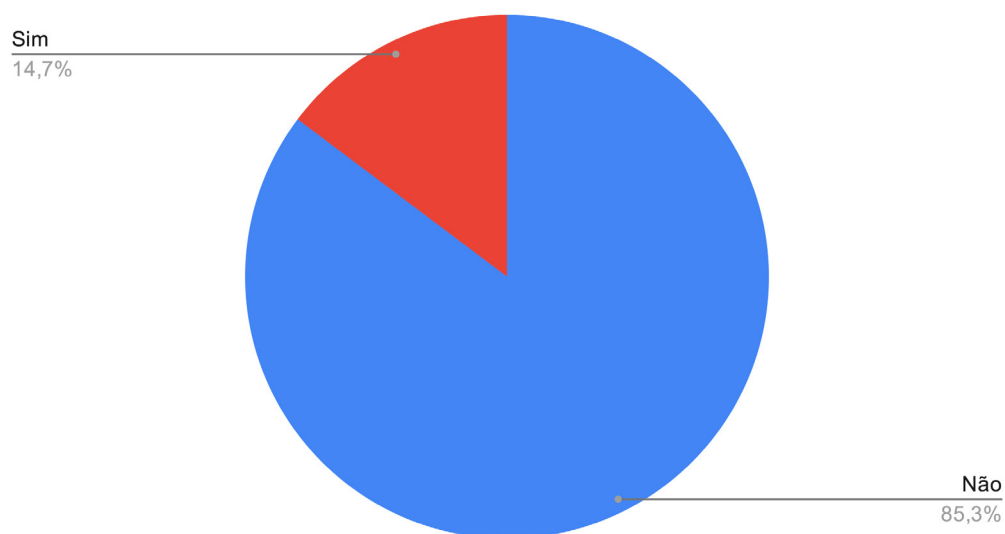


Tabela 8 – Formação versus Assimilação dos conteúdos (Alunos)

Formação	Assimilação dos conteúdos			Total geral
	Mais ou menos	Não	Sim	
Não	130	82	54	266
Sim	12	14	20	46
Total geral	142	96	74	312

4.4 Desafios e Perspectivas na Educação Básica em Moçambique

As medidas de mitigação relacionadas com a COVID-19, incluem o encerramento das escolas e o uso considerados alternativos para a continuidade das aulas - para além do ensino presencial, que mais cedo ou mais tarde terá de voltar a ser considerado - com os desafios

apresentados pela nova realidade.

Nesta perspectiva, e do ponto de vista da distância mínima, 42,1% dos professores acreditam não haver condições nas suas escolas de retorno às aulas, contra 36,6%, sem considerar os indecisos. Entre os pais, os índices são, respectivamente, 56,8% e 22,9%, como aludem os gráficos 20 e 21.

Gráfico 20. Condições objectivas para o retorno às aulas (distância mínima entre os alunos): Professoras

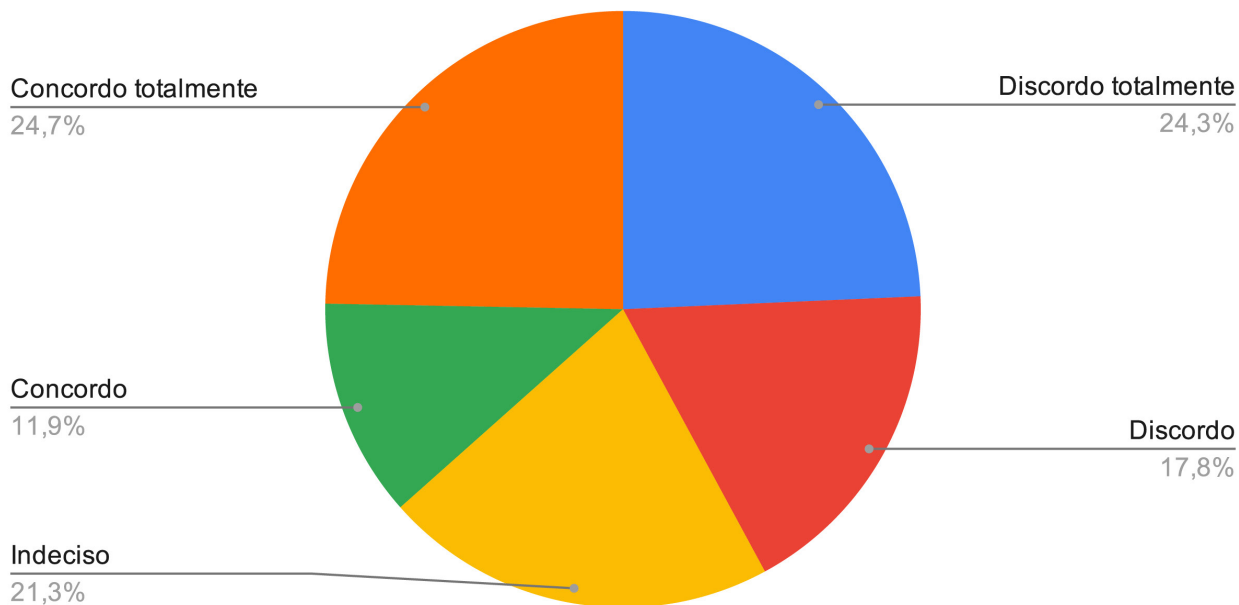
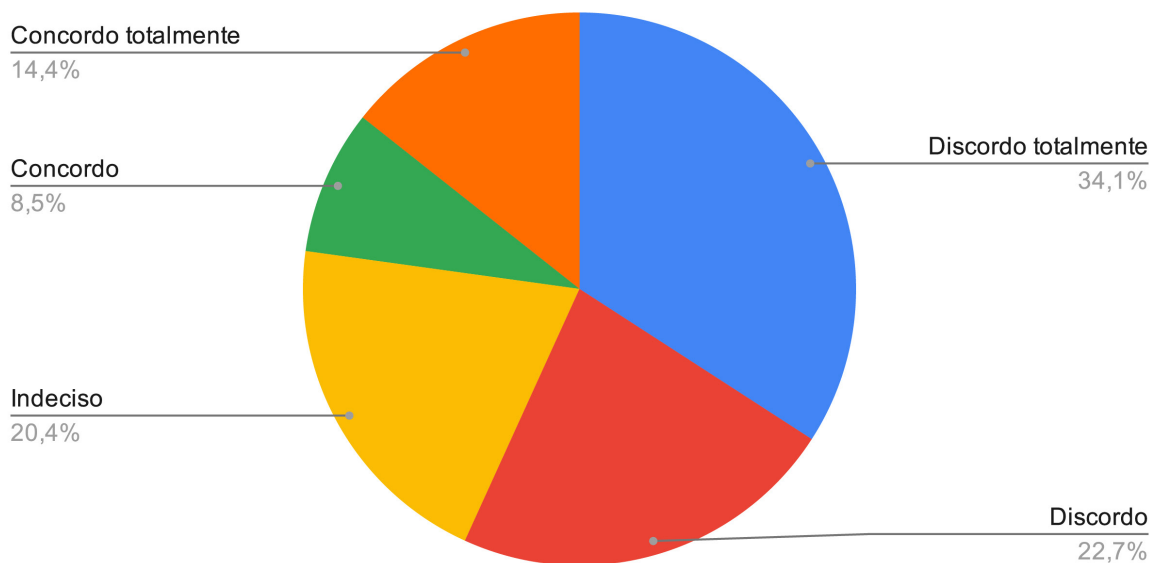


Gráfico 21. Condições objectivas para o retorno às aulas aulas presenciais (distância mínima entre os alunos): Pais



Do ponto de vista das condições sanitárias, 37,1% dos professores e 47,6% dos pais discordam quanto à existência de condições sanitárias objectivas para o retorno às aulas, contra, respectivamente 36,6 e 45,7%, como mostram os gráficos 22 e 23.

Gráfico 22. Condições objectivas para o retorno às aulas presenciais (condições sanitárias): Professores

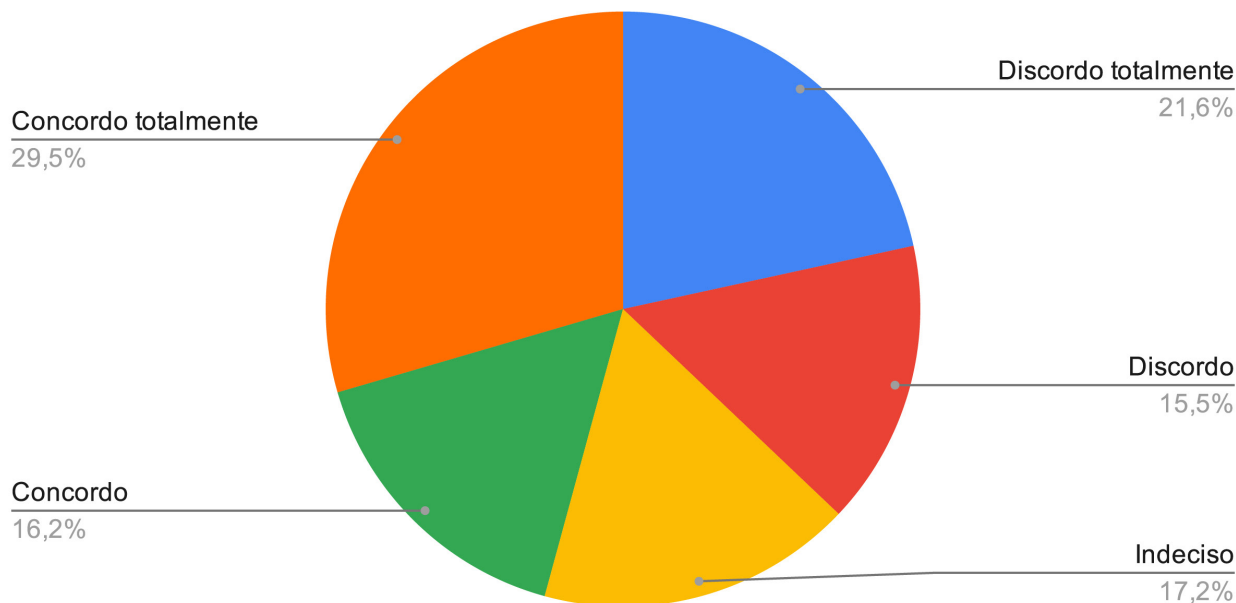
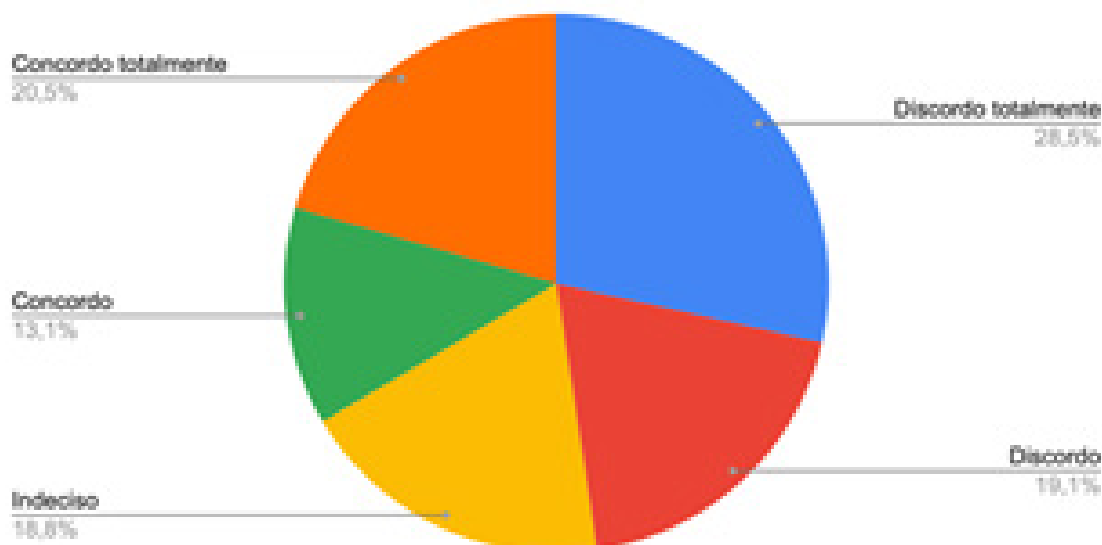
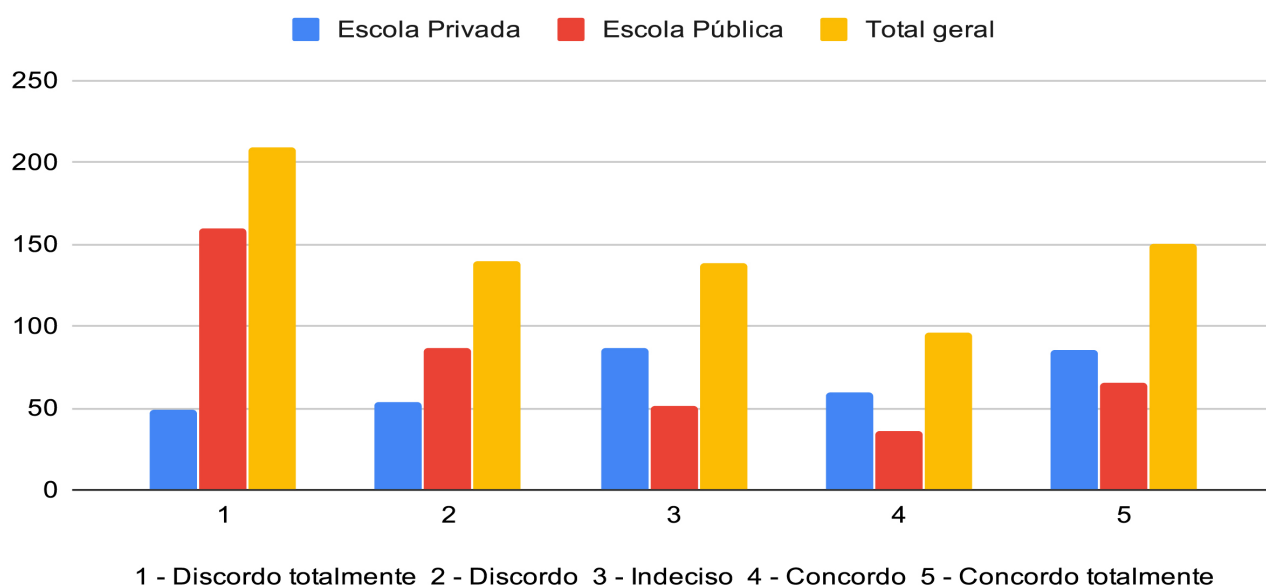


Gráfico 23. Condições objectivas para o retorno às aulas presenciais (condições sanitárias): Pais



Ainda neste âmbito, é de referir que a maioria dos professores que encontram as condições objectivas (distância mínima e as sanitárias) para o retorno às aulas são das escolas privadas, como ilustra o gráfico 24, que se segue:

Gráfico 24 - Condições sanitárias versus tipo de escola



Os dados aqui apresentados levam a crer que a mais recente decisão de abertura feita pelo governo para o reinício das aulas presenciais não levou em consideração a opinião dos principais actores do processo de ensino: professores, alunos e a comunidade (representada pelos pais e encarregados de educação).

Por fim, quanto às acções de melhoria, os três segmentos são unânimes quanto à necessidade de criação das condições sanitárias, em primeiro plano e a criação de acesso às plataformas e formação em segundo e terceiro planos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objectivo analisar os impactos das medidas de mitigação da COVID-19 tendo como premissa o direito de acesso e à aprendizagem, qualidade e equidade na educação básica em Moçambique. Especificamente, visava:

- Conhecer o perfil socioeconómico e demográfico dos professores e alunos presentes na educação básica em Moçambique;
- Identificar os métodos de Ensino adoptados pelos professores como forma de garantir o acesso e a aprendizagem na educação básica em Moçambique, durante o Estado de Emergência;
- Analisar os efeitos dos métodos de ensino adoptados durante o estado de emergência e a sua correlação com a qualidade, equidade e necessidades educativas especiais na educação básica em Moçambique.
- Avaliar a participação dos pais e encarregados de educação no apoio aos seus educandos como forma de garantir a aprendizagem durante o período de emergência;
- Descrever a percepção dos diferentes sectores e intervenientes directos sobre os desafios e perspectivas da educação básica em Moçambique face à COVID-19.

Quanto ao perfil socio-económico, apesar da heterogeneidade, como vimos, a maioria dos inqueridos possuem o nível de ensino de Licenciatura, facto que revela tratar-se de pessoas instruídas, mas sem descurar de boa parte de outros pais e encarregados de educação que não foram alcançados pelos inqueritos, reflexo do fraco acesso às novas tecnologias de comunicação e informação (instrumento utilizado para o levantamento) que caracteriza o país. Pelos rendimentos familiares, os participantes do estudo, tanto os professores, os alunos quanto os pais e encarregados de educação situam-se entre a classe baixa e média-baixa. Embora a energia eléctrica e a TV esteja presente em cerca 80% das casas, o método de ensino mais adoptado

durante o Estado de Emergência foram as fichas, seguido pelas plataformas digitais. Porém, a efectividade desses métodos de ensino ficou aquém do desejável por uma diversidade de factores, tais como a fraca preparação dos professores para a elaboração de conteúdos das fichas para serem ministrados na modalidade não presencial, associada à já baixa motivação dos alunos pelo saber. Ou seja, o professor foi formado para lidar com alunos presencialmente, pelo que a sua metodologia de ensino é para a presença e não ausência de aluno. Com a suspensão das aulas, o professor continuou a usar a mesma metodologia de ensino para uma situação completamente diferente. Essa não preparação influenciou mais ainda para a exclusão dos alunos com deficiência, que ficaram à margem do processo de ensino, sendo-lhes negado, por isso, o Direito à Educação no contexto da Emergência decorrente da COVID-19. Ademais, o fraco domínio da língua portuguesa por parte dos pais nas zonas rurais explica, em parte, a não participação dos pais e encarregados de educação no apoio aos seus educandos durante o Estado de Emergência, tendo se constituído, junto com a fraca assistência por parte dos professores, num dos factores para a não assimilação dos conteúdos por parte dos alunos.

Enfim, os resultados do estudo indicam que apesar da louvável iniciativa do MINEDH em garantir o direito à educação durante o Estado de Emergência, orientando a se adoptar meios alternativos de ensino e aprendizagem, a realidade das escolas, a realidade dos professores, pais e encarregados de educação e dos próprios alunos estava aquém de tornar efectiva, para a maioria, as directrizes pedagógicas do MINEDH. As perspectivas futuras da educação básica em Moçambique, como ficou evidente no estudo, dependem da criação das condições infra-estruturais e sanitárias que garantam o direito à vida (saúde) para as crianças poderem retornar à escola em segurança. Boa parte dos pais e encarregados de educação e dos professores entendem não haver condições objectivas de distanciamento e sanitárias para o regresso às aulas, em segurança, no contexto da COVID-19.

6. REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Ana. Ultrapassando o pai – Herança cultural restrita e competência escolar. In. NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir(org). Família&Escola. Trajectórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis. Vozes, 2000, pp. 81- 98
2. CARNOY, Martin. Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber. Brasília: UNESCO, 2002. Cap IV.
3. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A Era da Informação. Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2005
4. CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
5. KUENZER, Acácia Z. As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando. Educ. Soc. v.20 n.68 Campinas dez. 1999
6. MAUÉS, Olegaisse Cabral. Reformas internacionais da educação e formação de professores. Cadernos de Pesquisa, n. 118. São Paulo, 2003.
7. MOÇAMBIQUE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Estratégico da Educação (2012-2016). Maputo: MINED, 2013.
8. Organização das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948)http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Educacao/texto/texto_3.html 13/10/2008
9. _____. - Declaração Universal dos direitos da Criança, 1959.
10. _____.Conveção relativa contra a discriminação na esfera do ensino. Paris, 1960 http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Educacao/texto/texto_3.html 13/10/2008;
11. _____. - Pacto Internacional sobre os direitos económicos, políticos, sociais e culturais. Nova Yorq, 1966. http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf.
12. _____.Conferência Mundial sobre a Educação para Todos. Satisfação das necessidades Básicas de Aprendizagem. Jotiem,1990. http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Educacao/texto/texto_3.html 13/10/2008
13. _____.: Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. <https://www.unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.
14. POTES, Écio António. O trabalho escolar das famílias populares. In. NOGUEIRA, Maria Alice, ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir. Família&Escola. Trajectórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis. Vozes, 2000. P. 61- 80.
15. TOMAZETTI, Elisete M. OLIVEIRA, Adriano Machado. Quando a sociedade de consumidores vai à escola: um ensaio sobre a condição juvenil no Ensino Médio. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 181-200, abr./jun. 2012. Editora UFPR.
16. TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As Estratégias do Banco Mundial. In. HADDAD, Sérgio. TOMMASI, Livia, WARDE, Miriam Jorge. O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
17. UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA (UP). Absentismo nas Escolas Rurais. Relatório de Julho de 2016. Nampula: UP, 2016.
18. _____. O Absentismo na Escola Básica Rural Moçambicana: o caso da província de Tete. Tete, UP, 2017.

Anexo 1 – Correlação entre o estado civil, renda e agregado familiar

Estado civil	Renda familiar	Agregado Familiar					Total geral
		2 a 3 pessoas	4 a 5 pessoas	6 a 8 pessoas	Mais de 8 pessoas	Vivo sozinho(a)	
Casado	Acima de 40.000,00 Mt	2	3	2			7
	Até 4.467,00 Mt					1	1
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt		5	3			8
	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt		2	3	1		6
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt		1	3			4
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt		4	2	1		7
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt		4	9			13
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	2	3	2		1	8
Casado Total		4	22	24	2	2	54
Solteiro	Acima de 40.000,00 Mt		1	1		1	3
	Até 4.467,00 Mt	4	7	6	1	2	20
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	6	13	9	5	1	34
	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt		2				2
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt	1	3	5	1		10
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt	1	1	5	1		8
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt	1	3	2			6
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	9	22	17	4	2	54
Solteiro Total		22	52	45	12	6	137
União de facto	Acima de 40.000,00 Mt	1	1				2
	Até 4.467,00 Mt			1			1
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	1	5	4	1		11
	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt	2	2				4
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt	1	2	1	1		5
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt		6	1	3	1	11
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt			1			1
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	6	9	1			16
União de facto Total		11	25	9	5	1	51
Viúvo	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt			1			1
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt	1					1
Viúvo Total		1		1			2
Total geral		38	99	79	19	9	244

Anexo 2 – Correlação estado civil, renda e agregado familiar

Estado civil	Renda familiar	Agregado familiar					Total geral
		2 a 3 pessoas	4 a 5 pessoas	6 a 8 pessoas	e. Mais de 8 pessoas	Vivo sozinho(a)	
Casado	Acima de 40.000,00 Mt	6	34	11	1		52
	Até 4.467,00 Mt		3	2			5
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	1	7	3			11
	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt		5	7	1		13
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt		2	3			5
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt	2	9	7			18
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt		11	4			15
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	2	5	6			13
Casado Total		11	76	43	2		132
Solteiro	Acima de 40.000,00 Mt	3	8	2			13
	Até 4.467,00 Mt	4	8	4	2		18
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	8	14	3	2		27
	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt	1	5	3			9
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt	1	9	3		1	14
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt		2	4	1	1	8
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt		2	3			5
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	17	24	12	1	1	55
Solteiro Total		34	72	34	6	3	149
União de facto	Acima de 40.000,00 Mt	1	19	4			24
	Até 4.467,00 Mt		6	1			7
	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	2	7	7			16
	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt		5	1			6
	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt		2	1	2		5
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt	2	7				9
	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt	1	9	1	3		14
	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	1	7	6	1		15
União de facto Total		7	62	21	6		96
Viúvo	Acima de 40.000,00 Mt		1				1
	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt		1				1
Viúvo Total			2				2
Total geral		52	212	98	14	3	379

ANEXO 3 – Condições de Habitação (alunos)

Bens que possui	Energia eléctrica em casa		
	Não	Sim	Total geral
Celular simples	11	5	16
Computador Laptop		1	1
Geleira		3	3
Geleira, Celular simples, Computador Laptop		1	1
Geleira, Celular simples, Smartphone		1	1
Geleira, Rádio, Celular simples, Smartphone		1	1
Geleira, Rádio, TV		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples		9	9
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		2	2
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Computador Laptop		4	4
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone		20	20
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		5	5
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		13	13
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		3	3
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		8	8
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Tablet		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		1	1
Geleira, Rádio, TV, Smartphone		8	8
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop)		3	3
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		1	1
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Computador Laptop		15	15
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Tablet		2	2
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		2	2
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		4	4
Geleira, TV		6	6
Geleira, TV, Celular simples		21	21
Geleira, TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
Geleira, TV, Celular simples, Computador Laptop		12	12
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone		11	11
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		3	3
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		9	9

Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		2	2
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		3	3
Geleira, TV, Celular simples, Tablet, Computador Laptop		1	1
Geleira, TV, Computador Laptop	1		1
Geleira, TV, Smartphone		9	9
Geleira, TV, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop)		2	2
Geleira, TV, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		6	6
Geleira, TV, Smartphone, Computador Laptop		15	15
Geleira, TV, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		3	3
Rádio	4	1	5
Rádio, Celular simples	11	1	12
Rádio, Celular simples, Smartphone	1		1
Rádio, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop	1		1
Rádio, Smartphone	1		1
Rádio, Smartphone, Computador Laptop		1	1
Rádio, TV	1	2	3
Rádio, TV, Celular simples	1	10	11
Rádio, TV, Celular simples, Computador Laptop		1	1
Rádio, TV, Celular simples, Smartphone		4	4
Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		2	2
Rádio, TV, Smartphone		2	2
Rádio, TV, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
Smartphone		4	4
TV		6	6
TV, Celular simples		9	9
TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
TV, Celular simples, Computador Laptop		1	1
TV, Celular simples, Smartphone		4	4
TV, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
TV, Computador Laptop		1	1
TV, Smartphone		5	5
TV, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		1	1
TV, Tablet, Computador Laptop		1	1
Total geral	32	279	311

ANEXO 3 – Condições de Habitação (pais)

Bens que possui	Energia eléctrica		
	Não	Sim	Total Geral
Celular simples		1	1
Celular simples, Smartphone	1		1
Geleira		2	2
Geleira, Celular simples, Smartphone		1	1
Geleira, Rádio, Smartphone		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples		16	16
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Computador Desktop		4	4
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Computador Desktop, Computador Laptop		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Computador Laptop		6	6
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone		8	8
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Desktop		3	3
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Desktop, Computador Laptop		11	11
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		25	25
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Desktop		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Desktop, Computador Laptop		14	14
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		18	18
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Tablet, Computador Desktop		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Tablet, Computador Desktop, Computador Laptop		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Tablet, Computador Laptop		5	5
Geleira, Rádio, TV, Smartphone		10	10
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Computador Desktop		12	12
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Computador Desktop, Computador Laptop		4	4
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Computador Laptop		26	26
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Tablet		1	1
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Tablet, Computador Desktop, Computador Laptop		5	5
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		13	13
Geleira, Rádio, TV, Tablet		1	1
Geleira, Rádio, TV, Tablet, Computador Desktop, Computador Laptop		1	1
Geleira, Rádio, TV, Tablet, Computador Laptop		1	1
Geleira, Smartphone, Computador Laptop		1	1
Geleira, TV		5	5
Geleira, TV, Celular simples		16	16
Geleira, TV, Celular simples, Computador Desktop		2	2
Geleira, TV, Celular simples, Computador Laptop		11	11
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone		9	9
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Desktop		1	1

Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Desktop, Computador Laptop		3	3
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		14	14
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		2	2
Geleira, TV, Celular simples, Tablet		2	2
Geleira, TV, Celular simples, Tablet, Computador Laptop		4	4
Geleira, TV, Computador Desktop		1	1
Geleira, TV, Computador Laptop		1	1
Geleira, TV, Smartphone		13	13
Geleira, TV, Smartphone, Computador Desktop		1	1
Geleira, TV, Smartphone, Computador Desktop, Computador Laptop		4	4
Geleira, TV, Smartphone, Computador Laptop	1	30	31
Geleira, TV, Smartphone, Tablet		2	2
Geleira, TV, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		4	4
Geleira, TV, Tablet		1	1
Geleira, TV, Tablet, Computador Laptop		1	1
Rádio	1		1
Rádio, Celular simples	1		1
Rádio, Celular simples, Computador Desktop, Computador Laptop	1		1
Rádio, TV		2	2
Rádio, TV, Celular simples	1	6	7
Rádio, TV, Celular simples, Smartphone		1	1
Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		2	2
Rádio, TV, Celular simples, Tablet, Computador Laptop	1	2	3
Rádio, TV, Smartphone		1	1
Rádio, TV, Smartphone, Computador Laptop		2	2
Rádio, TV, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		1	1
Rádio, TV, Tablet		1	1
Smartphone		1	1
Smartphone, Computador Laptop		1	1
TV		7	7
TV, Celular simples	1	7	8
TV, Celular simples, Computador Desktop		1	1
TV, Celular simples, Computador Laptop		4	4
TV, Celular simples, Smartphone		2	2
TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop	1		1
TV, Celular simples, Smartphone, Tablet		1	1
TV, Computador Laptop	1		1
TV, Smartphone		3	3
TV, Smartphone, Computador Laptop		2	2
TV, Tablet		1	1
Total geral	10	369	379

ANEXO 3 – Condições de Habitação (professores)

Bens que possui	Energia eléctrica		
	Não	Sim	Total geral
Celular simples	2	3	5
Celular simples, Computador de Mesa (Desktop)		2	2
Celular simples, Smartphone	3	1	4
Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		1	1
Celular simples, Tablet		1	1
Geleira		5	5
Geleira, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		1	1
Geleira, Computador Laptop		1	1
Geleira, Rádio, Smartphone, Computador Laptop		1	1
Geleira, Rádio, TV		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples		6	6
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		3	3
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Computador Laptop		4	4
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone		3	3
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		4	4
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		15	15
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet		1	1
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		2	2
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		7	7
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		2	2
Geleira, Rádio, TV, Celular simples, Tablet, Computador Laptop		1	1
Geleira, Rádio, TV, Computador Laptop		2	2
Geleira, Rádio, TV, Smartphone		10	10
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop)		3	3
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		1	1
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Computador Laptop		9	9
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		2	2
Geleira, Rádio, TV, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		3	3
Geleira, Rádio, TV, Tablet, Computador Laptop		1	1
Geleira, Smartphone, Computador Laptop		1	1
Geleira, TV		1	1
Geleira, TV, Celular simples		14	14
Geleira, TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop)		2	2
Geleira, TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		1	1
Geleira, TV, Celular simples, Computador Laptop		4	4
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone		2	2

Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		3	3
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		11	11
Geleira, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		1	1
Geleira, TV, Celular simples, Tablet		1	1
Geleira, TV, Celular simples, Tablet, Computador Laptop		1	1
Geleira, TV, Computador Laptop		3	3
Geleira, TV, Smartphone		11	11
Geleira, TV, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop)		2	2
Geleira, TV, Smartphone, Computador Laptop	1	14	15
Geleira, TV, Smartphone, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		1	1
Geleira, TV, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		1	1
Geleira, TV, Tablet		1	1
Rádio		1	1
Rádio, Celular simples, Computador Laptop	1		1
Rádio, Celular simples, Smartphone		1	1
Rádio, TV, Celular simples	1		1
Rádio, TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop)		1	1
Rádio, TV, Celular simples, Computador Laptop		1	1
Rádio, TV, Celular simples, Smartphone		4	4
Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		3	3
Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		1	1
Rádio, TV, Celular simples, Smartphone, Tablet, Computador Laptop	1		1
Rádio, TV, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop		1	1
Rádio, TV, Smartphone, Computador Laptop		1	1
Rádio, TV, Smartphone, Tablet, Computador Laptop		1	1
Smartphone	3	6	9
Smartphone, Computador Laptop	1		1
TV		5	5
TV, Celular simples		7	7
TV, Celular simples, Computador de Mesa (Desktop)		3	3
TV, Celular simples, Computador Laptop		4	4
TV, Celular simples, Smartphone		2	2
TV, Celular simples, Smartphone, Computador de Mesa (Desktop)	1		1
TV, Celular simples, Smartphone, Computador Laptop		2	2
TV, Celular simples, Tablet		1	1
TV, Celular simples, Tablet, Computador de Mesa (Desktop), Computador Laptop	1		1
TV, Computador Laptop		1	1
TV, Smartphone		6	6
TV, Smartphone, Computador Laptop		3	3
Total geral	15	229	244

ANEXO 4 – Correlação meio de transporte versus renda familiar

Meio de transporte à escola	Renda familiar								Total geral
	Acima de 40.000,00 Mt	Até 4.467,00 Mt	Entre 10.000,00 Mt e 15.000,00 Mt	Entre 15.000,00 Mt e 20.000,00 Mt	Entre 20.000,00 Mt e 25.000,00 Mt	Entre 25.000,00 Mt e 30.000,00 Mt	Entre 30.000,00 Mt e 40.000,00 Mt	Entre 4.467,00 Mt e 10.000,00 Mt	
Ainda sem idade escolar					1				1
Autocarro da Escola	1								1
Bicicleta	1				1			1	3
Carrinha								1	1
Carrinha de aluguer	1								1
Carrinha escolar	6	1	1			2	2		12
Carrinha escolar	1								1
Carro próprio ou da família	41		3	6	3	2	8	2	65
Compartilha carro com vizinho	2								2
De chapa								1	1
Escolar					1				1
Escolar	1								1
Eu saio e volto com ele						1			1
Familiar na ida e público na volta	1								1
Mesmo distante, tem ido a pé		10	8	4	3		2	19	46
Mota			2			1			3
Semicolectivo de passageiro						1			1
T. público e a pé (tenho 5 educandos, 2 na privada e 3 publico). Infelizmente os números a seguir só permitem um aluno						1			1
Taxi						1			1
Transporte escolar	1				2	2			5
Transporte Escolar	2						1		3
Transporte particular	1								1
Transporte público	13	8	15	7	10	15	6	26	100
Transporte Publico e Carro da Família	1								1
Vai a pé, vive próximo da Escola	17	11	25	11	3	10	15	33	125
Total geral	90	30	54	28	24	36	34	83	379

ANEXO 5 – Correlação disciplina e classe em que frequenta

Disciplinas tem na Escola	Classe que frequenta									
	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe	5ª Classe	6ª Classe	7ª Classe	8ª Classe	9ª Classe	Total geral
Contabilidade									1	1
Estou a fazer o curso de Técnico de Medicina Geral (TMG), nível médio									1	1
História									1	1
Informática, Biologia, Física, Geografia								1		1
Informática, Educação comparada								1		1
Matemática, Ciências Naturais, Informática, Química, Biologia, Física									1	1
Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física							1			1
Planificação educacional									1	1
Português				1				4	4	9
Português, Estudos Contemporâneos em Educação,									1	1
Português, História									1	1
Português, Informática, Biologia									1	1
Português, Informática, Vias Rodoviária, vias férreas, Drenagem, Organização de Obras									1	1
Português, Matemática	9	8	13				1		1	32
Português, Matemática, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física								1		1
Português, Matemática, Biologia, História, Geografia									1	1
Português, Matemática, Ciências Naturais			2							2
Português, Matemática, Ciências Naturais, Educação física		1	1							2
Português, Matemática, Ciências Naturais, Informática, Educação física, Inglês			1							1
Português, Matemática, Ciências Naturais, Informática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física									1	1
Português, Matemática, Ciências Naturais, Informática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Accounting, business, global perspective									1	1
Português, Matemática, Ciências Naturais, Informática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Inglês e Francês									1	1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais			7	15	6	1		1	1	31
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física							2			2
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Ed. Física, ofício, Ed. Moral e cívica, Ed. Visual, Ed. Musical							1			1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física		1	3	4	8	3	7			26
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Moral e Cívica, Educação Musical.						2				2
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ed Moral e Cívica, Ed Musical, Ofícios e Ed Visual						1				1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, ED.MORAL CIVICA,ED.VISUAL				1						1

Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ed. Visual, ofícios, Ed. Moral e cívica						1			1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, EDUCAÇÃO VISUAL, OFÍCIOS, INGLÊS, MUSICAL, MORAL CÍVICA						1			1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Educação Moral e Cívica, Educação Musical, Educação Visual							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Educação moral e cívica, educação musical, inglês, ofícios.						1			1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Educação moral e cívica, ofícios, educação visual, musical e inglês							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Educação musical						1			1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Educação Musical, Educação Moral e Cívica, Ofícios, Inglês							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Educação Visual, Inglês, Ofícios						1			1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, EDUCAÇÃO VISUAL, OFÍCIOS E EDUCAÇÃO MUSICAL					1				1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Inglês							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, INGLÊS E ARABÊ				1					1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Inglês, Ofícios, Educação Visual, Educação Musical							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Inglês, moral e cívica,						1			1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Inglês, ofício, educação musical,							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, MORAL E CÍVICA							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ofício, Educação moral e cívica, Educação musical.							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ofícios Inglês Moral Cívica Educação visual Educação musical						1			1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ofícios, Educação Musical, Educação Moral e Cívica, Inglês							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ofícios, Inglês, Educação Moral e Cívica, Educação Musical.							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ofícios, Inglês, Educação Musical						1			1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ofícios, Inglês, Educação Musical, Educação Moral e Cívica							4		4
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ofícios, Ed. visual, ed. moral e cívica							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Educação física, Ofícios, Inglês, Educação Musical							1		1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Física			1						1
Português, Matemática, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Geografia, Educação física				1					1

Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Educação moral e cívica, francês, inglês								1		1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, EDUCAÇÃO VISUAL								1	1	2
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Empreendedorismo									1	1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, EMPREENDEDORISMO									1	1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, EVT, Francês e inglês									1	1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Formação cívica									2	2
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Francês, Agropecuária, Inglês									1	1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Inglês								2		2
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Inglês ed visual								1		1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Inglês, Agropecuária								1		1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Inglês, agropecuária, Educação Visual								1		1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Inglês, Francês e Agropecuária								1		1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Inglês, Francês, Agropecuária								1	6	7
Português, matemática, química, biologia, história, física, geografia, educação física, inglês, francês, empreendedorismo, agro-pecuária									1	1
Português, matemática, química, biologia, história, física, geografia, educação física, inglês, francês, noções									1	1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, inglês, francês, formação cívica									1	1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Francês. Inglês.									1	1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, INGLÊS									1	1
Português, Matemática, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Inglês, Desenho								1		1
Português, Química, Biologia, História, Física, Geografia, Educação física, Agropecuária								1		1
Sociologia do Crime Sociologia da Literatura Sociologia Economia	1									1
Total geral	13	12	32	27	28	18	32	50	99	311

ANEXO 6 – Método de ensino no Estado de Emergência

Método	Qtd.
Através das fichas disponíveis na Escola	173
Através das fichas disponíveis na Escola, As quais é responsabilidade do aluno multiplicar	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Através de plataformas remotas	2
Através das fichas disponíveis na Escola, Através de plataformas remotas, Orientações através das redes sociais	2
Através das fichas disponíveis na Escola, Através de plataformas remotas, Orientações através das redes sociais, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Através de plataformas remotas, Os conteúdos são transmitidos via Rádio, Os conteúdos são transmitidos via TV	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Através de plataformas remotas, Os conteúdos são transmitidos via TV	4
Através das fichas disponíveis na Escola, Através de plataformas remotas, Os conteúdos são transmitidos via TV, Orientações através das redes sociais	2
Através das fichas disponíveis na Escola, Através de plataformas remotas, Os conteúdos são transmitidos via TV, Orientações através das redes sociais, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	3
Através das fichas disponíveis na Escola, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	7
Através das fichas disponíveis na Escola, Eu dou aulas em casa	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Mas que actualmente não são disponibilizadas.	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Me dou tempo para dar a explicação	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Não tem estado a ter aulas	6
Através das fichas disponíveis na Escola, Orientações através das redes sociais	12
Através das fichas disponíveis na Escola, Orientações através das redes sociais, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Orientações através das redes sociais, Não tem estado a ter aulas	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Os conteúdos são transmitidos via Rádio	4
Através das fichas disponíveis na Escola, Os conteúdos são transmitidos via Rádio, Os conteúdos são transmitidos via TV	4
Através das fichas disponíveis na Escola, Os conteúdos são transmitidos via Rádio, Os conteúdos são transmitidos via TV, com pai e mãe	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Os conteúdos são transmitidos via Rádio, Os conteúdos são transmitidos via TV, Orientações através das redes sociais	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Os conteúdos são transmitidos via TV	55
Através das fichas disponíveis na Escola, Os conteúdos são transmitidos via TV, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Os conteúdos são transmitidos via TV, Dou explicação	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Os conteúdos são transmitidos via TV, Orientações através das redes sociais	10
Através das fichas disponíveis na Escola, Os conteúdos são transmitidos via TV, Orientações através das redes sociais, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	2
Através das fichas disponíveis na escola, que ja não estão a ser disponibilizadas	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Reforçando com explicador	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Tem explicador	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Tem tido aulas comigo	1
Através das fichas disponíveis na Escola, Tenho recolhido fichas das outras escolas privadas partilhadas por colegas de serviço	1

Através de livros didáticos que tenho	1
Através de plataformas remotas	14
Através de plataformas remotas, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	8
Através de plataformas remotas, Orientações através das redes sociais	3
Através de plataformas remotas, Orientações através das redes sociais, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	1
Através de plataformas remotas, Os conteúdos são transmitidos via TV	2
Através de plataformas remotas, Os conteúdos são transmitidos via TV, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	1
Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	4
Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais, zoom	1
Contratei um explicador	1
Ensino pessoalmente	1
Não tem estado a ter aulas	19
Orientações através das redes sociais	10
Orientações através das redes sociais, Através de vídeo-aulas enviadas via redes sociais	1
orientações através das redes sociais, leitura de livros	1
Os conteúdos são transmitidos via Rádio	1
Os conteúdos são transmitidos via TV	3
Os conteúdos são transmitidos via TV,	1
Os conteúdos são transmitidos via TV, Orientações através das redes sociais	2
Sigo o programa de ensino da classe	1
Total geral	379

Parceiros:

